



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM (PPGENF)

ROSILDA DAS D. MATEUS DOS SANTOS

A ENFERMAGEM NA SECA DE 1932: representações no relatório da comissão de
assistência e profilaxia dos flagelados do Nordeste (1936)

RIO DE JANEIRO
2021



ROSILDA DAS D. MATEUS DOS SANTOS

A ENFERMAGEM NA SECA DE 1932: representações no relatório da comissão de assistência e profilaxia dos flagelados do Nordeste (1936)

Pesquisa apresentada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de mestrado em enfermagem. Linha de pesquisa: A história do Cuidado nos Aspectos Micro e Macromoleculares: Práticas, Saberes e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Chad Pellon.

RIO DE JANEIRO
2021

Santos, Rosilda das D. Mateus dos

A Enfermagem na Seca de 1932: representações no relatório da comissão de assistência e profilaxia dos flagelados do Nordeste (1936) / Rosilda das D. Mateus dos Santos. -- Rio De Janeiro, 2021.

102 p.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Chad Pellon.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2021.

1. Enfermagem. 2. Grande Seca. 3. Nordeste. I. Título.

ROSILDA DAS D. MATEUS DOS SANTOS

A ENFERMAGEM NA SECA DE 1932: representações no relatório da comissão de assistência e profilaxia dos flagelados do Nordeste (1936)

Pesquisa apresentada a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para obtenção do grau de mestrado em enfermagem. Linha de pesquisa: A história do Cuidado nos Aspectos Micro e Macromoleculares: Práticas, Saberes e Instituições.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Henrique Chad Pellon

Aprovado em: 18/07/2021

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Luiz Chad Pellon
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

1º Examinador: (Prof. externo) Dr^a Ana Karine Martins Garcia
Universidade Federal do Ceará - UFC

2º Examinador: (Prof. interno) Dr. Fernando Porto
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Suplente: (Prof. externo) Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Suplente: (Prof. interno) Dr^a Andreia Neves de Sant Anna
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Dedico à Deus por essa oportunidade de realizar mais essa conquista na minha vida profissional, ao meu marido e meus filhos que compartilharam cada momento dessa trajetória comigo, a meus pais Vicente e Lindalva (in memoriam), que certamente estariam se alegrando comigo, aos demais parentes, amigos e colegas que contribuíram de alguma forma para essa realização, aos professores que são inspiração e incentivo para essa conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a meu querido **Deus**, que em meio a tantas dificuldades, dúvidas, inquietações e preocupações tem me sustentado e direcionado em cada momento. Sem Ele certamente eu não teria conseguido. Obrigada por nunca soltar a minha mão e me guiar sempre.

Ao Meu marido **Ruy Mota dos Santos Junior**, pelo amor e união. Obrigada por acreditar em mim. É muito bom saber que posso contar com você em todos os momentos. Certamente dividimos a casa, os sonhos e as dificuldades. Amo você!

Aos meus filhos **Rebeca Mateus dos Santos** e **Ryan Mateus dos Santos**, que são meu combustível diário para seguir em frente, que alegram meus dias e me motivaram a nunca desistir.

Ao meu orientador **Luiz Henrique Chad Pellon**, pelo estímulo, paciência e compreensão comigo desde momento que ingressei no mestrado grávida e fui acolhida. Obrigada por cada conversa e cada áudio de orientação, certamente tivemos que nos adaptar aos encontros virtuais, mas superamos cada obstáculo.

Aos meus irmãos que sempre acreditam em mim, muitas vezes mais que eu mesma. Obrigada por serem presente na minha vida mesmo que seja a distância. Compartilhando comigo cada momento.

Aos demais parentes que se alegram com as minhas conquistas e mesmo que não me vejam sempre, sei que se posso contar em todos os momentos.

Aos demais professores que tive a oportunidade de conhecer, hoje são parte das minhas conquistas e contribuíram na minha caminhada no curso.

Aos membros da banca examinadora pelas contribuições que enriqueceram meu trabalho e pelo carinho comigo desde a primeira mensagem que enviei convidando para a banca.

A bibliotecária do DNOCS do Ceará **Emanuelle Rodrigues**, pelos materiais disponibilizados e pela prontidão em me ajudar.

Aos colegas de turma que são inspiração e exemplos de lutas e perseverança juntos dividimos nossas angústias, dificuldades e alegrias.

Aos colegas de trabalho, pela compreensão e incentivo, por me apoiarem e se alegrarem com as minhas conquistas.

Aos meus amigos, de perto e de longe, alguns mais chegados que irmãos, que oram por mim e se alegram com as minhas conquistas, que me apoiam com um gesto de carinho ou uma palavra amiga. É muito bom saber que tenho vocês sempre comigo, meus bons e velhos amigos. Amo vocês!

A todos, que por ventura não tenha citado nessas linhas, mas que direta ou indiretamente participaram na elaboração desse trabalho.

FLAGELADOS

*(Em caminhos para o Riacho da Séla com 110
flagelados sobralenses)*

*Em bandos, como ovelhas, desgarradas
Dos seus queridos lares primitivos,
Iam comigo 110 altivos
Sobralenses da seca flagelados*

*Ínvios caminhos nunca palmilhados,
Procurando fugazes paliativos
À cruel fome que lhes fez cativo,
Rompiam tristes, fracos – já cansados.*

*Que drama triste! Que cruel tormento!
Eles levam, talvez, da vida a morte
Envoltos nesse mar de sofrimento!...*

*Irmãos cearenses! – povo ousado e forte –
Do íntimo da alma eu vos lamento
E aplaudo o modo que enfrentais a sorte!*

LOPES DE CARVALHO
20 de junho de 1932

RESUMO

Diante de uma forte estiagem que ocorreu no ano de 1932 nos estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, a direção do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), localizado no Distrito Federal, enviou uma comissão, composta por quatro médicos e dezesseis enfermeiras, para auxiliar na organização dos serviços sanitários e nas atividades desenvolvidas pelos governos dos referidos estados atingidos pela seca. Os objetivos desse trabalho são: Caracterizar o Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste quanto a sua autoria; Apontar como a enfermagem é representada nesta fonte histórica. Trata-se de uma pesquisa de natureza histórica documental, que utilizou como documento-objeto o relatório de serviço redigido pelos quatro médicos integrantes da comissão. A análise do documento obedece aos três princípios metodológicos propostos pelo historiador francês Roger Chartier. Os resultados apontam que o período em que ocorreu a seca de 1932, mesmo diante das circunstâncias desafiadoras que se apresentavam, terminou por promover mudanças na organização dos serviços de enfermagem nos três estados em que a missão atuou, a partir de sua relação intrínseca com o modelo distrital de organização dos serviços de saúde pública, já consolidado em estados do sul e sudeste do país, desde a ocorrência da Reforma Chagas na década de 1920. Conclui-se, portanto, em atendimento aos objetivos deste estudo que a política Vargas almejou a disseminação de um modelo sanitário defendido pelos médicos sanitaristas, que criaram condições para que as enfermeiras despontassem no campo da saúde pública, projetando-se como modelo para as profissionais do setor em toda a federação, nos espaços assistenciais daquele que atualmente é denominado como nível primário de atenção à saúde.

Palavras-chave: Enfermagem. Representação. Seca. Saúde Pública.

ABSTRACT

Faced with a severe drought that occurred in 1932 in the states of Ceará, Paraíba, and Rio Grande do Norte, the direction of the National Department of Public Health (DNSP), located in the Federal District, sent a commission, composed of four doctors and sixteen nurses, to assist in the organization of sanitary services and activities developed by the governments of the states affected by the drought. The goals of this work are to characterize the Report of the Medical Commission of Assistance and Prophylaxis of the Flagellated of the Northeast as to its authorship; To point out how nursing is represented in this historical source. This is a research of documental-historical nature, which used as a document-object the service report written by the four doctors who were members of the commission. The document analysis follows the three methodological principles proposed by the French historian Roger Chartier. The results indicate that the period in which the 1932 drought occurred, even in the face of challenging circumstances, ended up promoting changes in the organization of nursing services in the three states where the mission worked, from its intrinsic relationship with the district model of organization of public health services, already consolidated in southern and southeastern states of the country, since the occurrence of the Chagas Reform in the 1920s. Therefore, in compliance with the goals of this study, we conclude that the Vargas policy aimed to disseminate a sanitary model advocated by sanitary doctors, which created conditions for nurses to emerge in the field of public health, projecting themselves as a model for professionals in the sector throughout the federation, in the care spaces of what is currently called the primary level of health care.

Descriptors: Nursing; Representation; Drought, Public Health.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Fac-símile nº1 - Capa do Relatório documento-objeto.....	41
Figura 2. Fac-símile nº2 - Fragmento do relatório da Expedição científica dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna (1912)	45
Figura 3. Fac-símile nº3 - Fragmentos do relatório da Comissão de Profilaxia ao Nordeste do DNSP (1936)	45
Figura 4. Fac-símile nº4 - Visita da enfermeira a uma barraca 1932.....	70
Figura 5. Fac-símile nº5 - Enfermeiras visitadoras 1929.....	71
Figura 6. Fac-símile nº6 - Enfermeira em palestra de educação e saúde.....	72
Figura 7. Fac-símile nº7 - As missionárias da caridade	73
Tabela 1. Categorias das unidades de registro textual.....	76
Gráfico 1. Citações textuais	77
Quadro 1. Frentes de atuação da enfermagem	78
Quadro 2. Relatório Goldmark (1923) x Costa (1936)	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DNSAMS - Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DNSP - Departamento Nacional de Saúde Pública

IOCS - Inspeção de Obras Contra as Secas

LACENF - Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem

MESP - Ministério da Educação e Saúde Pública

NHC - Nova História Cultural

OMS - Organização Mundial de Saúde

PPGENF - Programa de Pós-Graduação em Enfermagem

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1	À guisa de introdução	14
1.2	Seca como fenômeno natural, social e político	16
1.3	Objeto de estudo e objetivos	21
1.4	Justificativa e contribuição do estudo	21
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3	REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA	30
4	ESTADO DA ARTE	38
5	MATERIALIDADE E ESTÉTICA: a autoridade em questão	40
5.1	Ordem, Progresso e Autoridade na Saúde Pública	40
6	FUNÇÃO AUTOR E AUTORIA MÉDICO-CIENTÍFICA	48
7	A SECA E OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS	56
7.1	A seca, o flagelo e a ameaça ao espaço urbano	56
7.2	A comissão médica do DNSP e os espaços de assistência sanitária	63
8	IMAGENS E REGISTROS TEXTUAIS DO FLAGELO	68
8.1	As enfermeiras através das lentes: a catequese na saúde pública	68
8.2	Representações escritas sobre as enfermeiras de saúde pública: profissionais polivalentes	75
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
	FONTES DOCUMENTAIS	95
	ANEXO A - Carta do Dr. Deoclécio Lima Verde	96
	ANEXO B – Carta da enfermeira Zilda da Cunha	98
	APÊNDICE A - Biografia das Enfermeiras	100

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1 À guisa de introdução

Como enfermeira - membro de uma equipe da Estratégia de Saúde da Família - mantenho vivo o interesse pela história da enfermagem no âmbito da saúde pública, suas lutas e desafios enfrentados para tornar-se uma profissão de destaque na gestão e assistência sanitária. O ingresso no mestrado da UNIRIO, inserida na linha de pesquisa “A história do Cuidado nos Aspectos Micro e Macromoleculares: práticas, saberes e instituições” e o convívio com o ambiente do Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem (LACENF), me oportunizou o acesso a um vasto acervo documental sobre a história da enfermagem em cenários de saúde pública. Dentre os documentos, merece destaque aqueles referentes ao período que sucedeu a reforma promovida por Carlos Chagas à frente do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) na década de 1920, quando a enfermagem se tornou um dos pilares da expansão de um novo modelo de organização sanitária por todo o país, especialmente durante a Era Vargas (1930-45).

Segundo Campos (2007), as enfermeiras de saúde pública foram consideradas os recursos estratégicos para essa nova política junto aos médicos sanitaristas. Portanto, em 1922 foi criado o Serviço de Enfermagem Sanitária. Para chefiá-lo foi convidada, pelo governo brasileiro, com a intermediação da Fundação Rockefeller, a enfermeira Ethel Parsons, então diretora do Bureau of Child Hygiene and Public Nursing do Texas. Outras sete enfermeiras foram enviadas dos Estados Unidos e, sob a direção de uma delas, Louise Kiennienger, deu-se início, em 1923 a Escola de Enfermagem D. Anna Nery¹, voltada para a formação de enfermeiras de saúde pública.

Dentre os documentos históricos disponíveis nos acervos do LACENF, chamou-me atenção o Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste (1936), por trazer à tona a atuação de dezesseis enfermeiras integrantes do quadro de pessoal do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), formadas pela então Escola de Enfermagem Anna Nery, que foram enviadas à região nordeste para organizar os serviços de assistência de enfermagem aos flagelados daquela que ficou conhecida na literatura como a “Grande Seca de 1932”.

¹ Apesar de ter sido denominada D. Anna Nery na ocasião de sua criação, optou-se neste estudo pelo uso de Escola de Enfermagem Anna Nery, a fim de padronizar a nomenclatura àquela utilizada pela literatura histórica.

As condições hostis do semiárido nordestino durante a seca, onde estas enfermeiras deviam atuar na organização de postos de assistência, contrastavam com o conforto e com as condições de trabalho que elas encontravam na capital federal do país, onde residiam. A necessidade de adequar os serviços locais de enfermagem ao Decreto 20.109 de 15 de junho de 1931, que regulou o exercício dessa profissão no Brasil e fixou as condições para a equiparação das escolas de enfermagem em todo o território nacional, também se mostrou como um elemento a mais a se interpor ao trabalho destas enfermeiras nos sertões e mais um componente a me motivar a pesquisar este importante momento da história da profissão.

Após ampla busca em bibliotecas virtuais de pesquisa em saúde, não foram encontrados indícios de que o relatório de serviço aqui apontado já tenha sido documento/fonte de pesquisa histórica com foco na enfermagem².

Ao se realizar pesquisa virtual livre no buscador Google, por sua vez, utilizando as palavras-chave “seca de 1932”, é possível encontrar inúmeros sites, vídeos, documentários e entrevistas que se esforçam em não permitir que a memória da seca de 1932 ficasse ainda hoje, no esquecimento social, especialmente no que tange a experiência traumática dos campos de concentração no estado do Ceará, espaços criados, como serão mais bem descritos adiante, para impedir o acesso dos flagelados à capital Fortaleza, dispensando-lhe assistência pública e filantrópica. Prevalece nestes espaços virtuais a recorrência à lembrança traumática da dor e da morte ocorrida em massa nestes locais em decorrência das epidemias e da fome e o tratamento dispensado aos agentes públicos da época como os principais alçozes deste fenômeno político e social.

Neste sentido, almeja-se, com este estudo, ampliar o conhecimento histórico sobre o encontro de determinadas realidades contextuais, como a seca de 1932, com a trajetória de uma profissão em franca remodelação no país, onde figuram enfermeiras que passaram pela formação da escola padrão do DNSP e a enfermagem local, ambas demandadas a atuar segundo os moldes campanhistas de saúde pública em cenários marcados pela miséria, pelas epidemias e pela fome.

Dado o exposto, abordar a história da seca de 1932 à luz de novas perspectivas, especialmente sobre a forma como as enfermeiras do DNSP e da enfermagem regional são apresentadas dentro de um documento oficial de serviço com suas ações regradadas por uma nova configuração normativa, possibilita descortinar novas análises sobre as lacunas

² Plataformas - Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), usando os termos estudos de relatórios de saúde pública.

existentes na história da profissão, da saúde pública e do papel dos governos neste período da história.

1.2 Seca como fenômeno natural, social e político

A definição de seca abrange o campo do fenômeno natural e social e traduz percepções e vivências diferenciadas sob o enfoque dos atores que a presenciaram. Contudo, os longos tempos de estiagem exercem repercussões no cotidiano da população e podem maximizar os problemas sociais, seja através do aumento das doenças e óbitos, através da migração para as cidades ou ainda, através da mudança no cenário agrícola e financeiro das regiões, que passam a enfrentar maiores prejuízos socioeconômicos, demandando intervenção por parte do poder público.

A história das secas na região nordeste do país remonta algumas tentativas de soluções ou especulações para o enfrentamento dos problemas sociais decorrentes, demarcando a participação de diferentes protagonistas. A literatura tem sido farta em apontar estudos sobre a seca e alguns deles foram usados como aporte teórico que corroboraram com este estudo³.

Dentre as estratégias para o seu enfrentamento, Campos e Studart, apontam algumas dessas soluções, elaboradas por atores políticos que pouco conheciam das condições locais. Um pronunciamento de um engenheiro civil do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) do início do século XX “dizia que isso era um mau serviço que se fazia aos habitantes do semiárido”. Os autores destacam como exemplo quando em 1725, o Capitão-Mor da Paraíba solicitou ao Rei de Portugal, D. João V, auxílio para a população flagelada da seca. Recebeu, então, de Sua Alteza “a recomendação que estimulasse o povo a plantar mandioca e se ocupar em algum ofício, somente assim a população venceria a preguiça e a fome” (CAMPOS E STUDART, 2001, p. 5).

³ GARCIA, Ana Karine Martins. **A ciência na saúde e na doença, Atuação e Prática dos médicos em Fortaleza (1900-1935)**. 2011.

CORREIA, André Brayan Lima. **O Ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza: aspectos biopolíticos nas obras de Rodolfo Teófilo (1901-1922)**. Universidade Estadual do Ceará. 2016.

NEVES, Frederico de Castro. **Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932)**. 1995 e 2005.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções**. 2001.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos**. 2014.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração no Ceará Isolamento e poder na Seca de 1932**. 2006.

Outra experiência foi a tentativa de aclimação de camelos aos sertões no Estado do Ceará, realizada pelo Governo Federal em 1859, proposta pelo Barão de Capanema. Naquele período vários camelos e quatro árabes, encarregados de cuidar da aclimação dos animais, foram trazidos ao Estado (CAMPOS E STUDART, 2001).

Marcondes e Dandaro (2018) apontam que a preocupação do governo em relação às questões advindas do problema da seca aumentou com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS) sendo este o primeiro órgão federal criado com o objetivo de sistematizar o combate às secas periódicas que assolavam a região nordeste. Sua criação ocorreu durante a presidência do fluminense Nilo Peçanha, em 1909⁴.

Em 1915, foi criado no Ceará o primeiro campo de concentração voltado a evitar que os retirantes alcançassem sua capital Fortaleza, trazendo “o caos, a miséria, a moléstia e a sujeira” nos arredores da capital cearense. O Campo do Alagadiço, como ficou conhecido, chegou a abrigar cerca de oito mil flagelados que recebiam alguma comida e permaneciam vigiados por soldados, para que não se deslocassem para o centro, “deixando muito a desejar” quanto aos cuidados de higiene com as pessoas ali alojadas (TRAVASSOS, 2011, p. 719).

Nesse período, a cidade passava por um remodelamento da sua estética, um embelezamento baseado nos hábitos e cultura franceses, que se espalhavam pelo Nordeste e em outras capitais brasileiras, conhecido como a *Belle Époque*. O confronto desta nova realidade com os retirantes nas ruas e a prostituição que se espalhava pela capital mobilizou parte dos governantes e da burguesia, que decidiram criar o campo de concentração a fim de reter os retirantes que se deslocavam para a capital “enfeando” o espaço público. O arcaico se misturava ao novo e a ambivalência de modernização com o isolamento dos retirantes. Mudanças profundamente geradas pelas relações entre a burguesia e a classe operária, o que refletia as disparidades entre ricos e pobres (DOIN, 2007).

Apesar dos indicativos das mudanças que a Belle Époque propunha, é necessário apontar que na prática essa evolução não se deu de forma a garantir o progresso desejado para a Capital, conforme é possível observar no relato a seguir: “a cidade não pode ser visualizada apenas como um campo de progressos e realizações, pois as dificuldades ainda que não tão destacadas nas fontes aparecem e desconstroem a imagem de uma urbe civilizada” (GARCIA,

⁴ Órgão criado pelo Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas (IOCS). O IOCS passou a ser conhecido, em 1919, por Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), e posteriormente, em 1945, por Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

2011, p. 31). A autora aponta ainda os problemas administrativos observados no funcionamento de algumas das obras públicas como o porto do Mucuripe, a iluminação pública e a segurança, reforçando a ideia de que indicativo do desenvolvimento de Fortaleza ainda estava aquém do esperado.

As atividades da comissão se encontram descritas no Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste, que está disponível no arquivo público do Departamento de Obras contra as Secas (DNOCS), localizado na cidade de Fortaleza, Ceará. O relatório descreve as ações realizadas pela comissão nos Estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte no período de 23/07/1932 a 18/05/1933. Notas e documentos sobre a atuação da equipe são do chefe da Comissão, José Bonifácio Paranhos da Costa, com a colaboração dos doutores: Amadeu Fialho, Alvaro Garcia Rosa e Otavio de Oliveira. Já as enfermeiras da Escola Anna Nery foram: Cecy Clausen Lins (enfermeira chefe), Almira Pessoa de Melo, Haydée Gonzales, Aracy Neves, Maria Lima Tourres, Berila de Carvalho, Margarida de Passos Rosa, Maria Adelaide Wite, Carmen Gonçalves, Iracema dos Guaranis Melo, Nadir Coutinho, Izaura Barboza Lima, Hecilia Roque Fernandes, Isabel de Souza Bonfim, Safira Gomes Pereira e Zilda da Cunha Bastos. A comissão partiu do Rio de Janeiro em direção ao município de Cabedelo na Paraíba, no dia 23 de dezembro de 1932.

O momento histórico que culminou com a seca de 1932 coincidiu com a revolução de 1930, quando Getúlio Vargas ascendeu à presidência do país com a promessa de reorientar as relações institucionais, libertando-as do julgo das oligarquias paulistas e mineiras na alternância do poder, o que ficou conhecido como a “política do café com leite”. O período compreendido entre 1930 e 1934 ficou conhecido como Governo Provisório. Uma análise mais ampla da “era Vargas” enfatiza os aspectos de repressão e de manipulação do movimento operário e, por outro lado, as características “paternalistas” que fizeram emergir a figura do mito do “pai dos pobres”, inspirado nas concessões e benefícios criados por Vargas (NEVES, 2001).

Fonseca (2007) retrata as ideias programáticas no primeiro Governo de Getúlio Vargas e como estas influenciaram as definições das políticas públicas de saúde. A saúde pública se inseria, por meio da institucionalização de serviços de âmbito nacional, estabelecendo, com isto, um novo formato na gestão dos serviços de saúde.

Dessa forma, a política Vargas no campo da saúde foi marcada por forte centralização, contudo, sem romper com o que havia sido conquistado por governos que a antecederam, incorporando tanto os atores como o modelo desenhado para a capital do país a um projeto de

padronização dos serviços em todo o território nacional. Entre os referenciais conceituais de consolidação do processo de políticas sociais para a área de saúde pública no Brasil a partir da década de 30, a filosofia baseada em críticas ao liberalismo e ao sistema que vigorou na Primeira República reforça o campo da ideia pragmática voltada para a construção de um sistema centralizado e construção de um Estado com investimentos em políticas públicas (FONSECA, 2007).

Esse período trata-se de um momento fecundo da história da enfermagem, quando enfermeiras recém-formadas pela Escola Anna Nery passaram a integrar comissões voltadas a expandir a consolidação da política nacional nas diferentes regiões do território nacional. Revisitar esta memória, no fundo, faz parte de um esforço de análise do papel social da enfermagem na ocupação de espaços em diferentes cenários, conquistados com o empenho de atores que deixaram suas marcas no tempo, quando os recursos eram escassos e os limites das atribuições precisavam ser demarcados, a fim de construir um campo de saberes e práticas próprios.

Os estudos historiográficos partem da premissa que o passado só pode ser revisitado por meio de seus registros documentais e/ou monumentais e que estes registros representam o conjunto de intencionalidades daqueles que operaram sobre eles num dado tempo e espaço. Portanto, refletir sobre a dimensão social da enfermagem atualmente, seus dilemas, impasses e perspectivas, implica necessariamente, em decodificar as representações feitas sobre sua participação em eventos históricos que deixaram marcas na memória e no imaginário social.

Neste sentido, Chartier (2002) aponta que a história cultural tem um potencial para contribuir com as análises sobre as representações coletivas, que podem ser pensadas na articulação da sua relação com o mundo social, construída através de práticas que induzem ao reconhecimento de uma realidade social ao exibir um modo de ser no mundo, um estatuto ou uma posição na sociedade. Ainda nessa perspectiva, uma via de mão dupla pode ser considerada na construção da identidade social, resultando em uma das relações de forças entre as forças impostas pelos que detém o poder de classificar; de nomear; de definir e da aceitação ou resistência que cada comunidade produz de si. Outra via se dá através do recorte social, como uma tradução de crédito que confere à representação que cada grupo dá a si mesmo.

Diante do exposto, cabe refletir sobre como estas enfermeiras foram representadas pelos médicos relatores do documento. Cumpre também contribuir para o debate histórico em torno das transformações no campo da saúde pública fora da região sudeste após a criação da

EEAN e a publicação do Decreto nº 20.109 de 15 de junho de 1931. Apesar de figurarem inúmeros trabalhos científicos que abordem a atuação das enfermeiras no Distrito Federal durante o final da década de 1920 na consolidação dos ditames da Reforma Chagas, ainda prevalece uma lacuna de conhecimento sobre a sua participação em comissões em outras regiões do país nos primeiros anos da Era Vargas, antes de muitas delas ocuparem importantes cargos na gestão da assistência e ensino no país.

Segundo Carlos et al. (2014, p.2) na Região Nordeste do Brasil, os primeiros registros que se referem às Escolas de Enfermeiras são da década de 1940, durante o Estado Novo (1937-1945) e coincidem com o processo de industrialização e urbanização das cidades:

As primeiras iniciativas dizem respeito a grupos religiosos e ocorreram nas cidades de Fortaleza, Ceará (1943) e em Recife, Pernambuco (1945), todas com o intuito de formação profissional qualificada para os serviços de saúde, e, na maioria das vezes, sob o gerenciamento das próprias ordens religiosas.

Uma vez que no início da profissionalização da enfermagem, a assistência era majoritariamente prestada através da caridade, a forma como as enfermeiras eram vistas quando estavam na linha de frente do cuidado aponta para o problema ao qual se refere este estudo. O contexto social, político e sanitário dos estados atingidos pela estiagem de 1932 apontam que a situação de calamidade pode ter impulsionado a profissionalização de uma enfermagem local no campo da saúde pública.

Dado o exposto, nos questionamos: qual a representação feita pelos médicos sobre a enfermagem no Relatório da Comissão de Assistência e Profilaxias dos Flagelados do Nordeste?

1.3 Objeto de estudo e objetivos

Delineamos como objeto desse estudo: as representações sobre a enfermagem no Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste.

Nesse sentido, serão abordados os seguintes objetivos:

- Caracterizar o Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste quanto a sua autoria;
- Apontar como a enfermagem é representada nesta fonte histórica;

1.4 Justificativa e contribuição do estudo

O documento histórico possui sua subjetividade e representação, com características de relato histórico, porém essas obras, como no caso do documento aqui utilizado, um relatório de serviço, que traz nuances da história contada sob a ótica dos profissionais que vivenciaram a realidade aqui estudada, ratifica a importância do mesmo como documento oficial e instrumento de poder que tem potencial para contribuir com a construção da nossa história.

Esse estudo visa contribuir com as discussões da representação do papel da enfermagem brasileira no enfrentamento de uma calamidade na região Nordeste, trazendo visibilidade ao trabalho da enfermagem que na sua trajetória esteve inserida no processo de cuidar da população desta região. Apesar de existirem inúmeros trabalhos científicos que abordem a questão da seca, ainda não se descortinaram estudos que se aprofundassem no papel da enfermagem enquanto partícipe deste fato histórico.

Segundo Pereira (2019, p. 56), “interessava ao chefe do novo Governo ter à frente da pasta uma pessoa que conhecia bem a região, o fenômeno da estiagem, suas consequências e suas necessidades.” Com a nomeação do paraibano José Américo de Almeida para administrar a pasta do Ministério da Viação e o cearense Juarez Távora como ministro da Agricultura, o Governo Provisório assumiu com bastante seriedade o enfrentamento dos impactos da estiagem. Portanto, pretende-se incentivar o debate sobre o tema da seca de 1932 enquanto evento que mobilizou o aparelhamento da saúde pública de alguns estados do Nordeste, através do estreitamento das relações entre instituições e atores locais com representantes do Governo Federal.

Conforme já exposto, este estudo justifica-se, portanto, por preencher uma lacuna do conhecimento sobre a história da enfermagem e da saúde pública neste contexto, possibilitando novos olhares para o passado e para esses momentos que marcaram uma época, reafirmando as contribuições para o desenvolvimento da pesquisa institucional intitulada: “História do cuidado nos aspectos micro e macromoleculares: práticas, saberes e instituições”, inserida na linha de pesquisa - Saúde, História e Cultura: Saberes em Enfermagem, do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - Mestrado - PPGENF/UNIRIO, assim como, para as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Abordagens Científicas na História da Enfermagem (LACENF).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao iniciar a construção desse estudo, para uma melhor inserção e compreensão do tema, fez-se necessário imergir na história já contada por outros autores da área⁵, além de uma busca por novos documentos que permitiram ampliar o leque de conhecimentos sobre o fenômeno histórico das secas. Essa pesquisa, contará com produções históricas pertinentes ao tema já elaboradas ao longo dos anos e com a pesquisa documental de forma investigativa, usando como documento-objeto⁶ o “Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste, apresentado ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública em 30/08/33”. Este material encontra-se disponível no arquivo público do Departamento de Obras contra as Secas (DNOCS), Biblioteca Sá Carneiro da Cunha, localizado na cidade de Fortaleza, capital do Ceará.

O relatório documento - objeto contém 167 páginas, onde figuram, além da parte textual, 68 imagens fotográficas e 89 tabelas, plantas/croquis dos espaços assistenciais planejados pela equipe de engenharia sanitária para serem construídos emergencialmente e fichas de atendimento. Dentre as imagens fotográficas, destacam-se cortes histológicos, imagens de casos de pacientes portadores de doenças endêmicas, fotos posadas de médicos com políticos, onde se inclui a comitiva do então presidente Getúlio Vargas pelo sertão nordestino, fachadas de hospitais, fotos de enfermarias, de utensílios hospitalares, de moradias e vegetação local e de frentes de trabalho, especialmente dos açudes e campos de concentração de flagelados.

No que tange às ações assistenciais desenvolvidas nos cenários de prática, o relatório da Comissão confere destaque especial às fotografias da atuação das enfermeiras do DNSP, formadas pela Escola Anna Nery, que integravam a referida comissão, coordenando a multiplicidade de situações e agentes envolvidos com o fazer da enfermagem nos cenários de assistência, tais como: “enfermeiras auxiliares”, visitadoras e voluntárias. O relatório da comissão é composto por páginas escritas, de tamanho 18x25cm, com encadernação costurada, em formato de livro. Sua capa não é original, pois, devido às más condições de conservação, foi substituída por modelo padronizado do Departamento Nacional de Obras

⁵ Nota 3

⁶ Para subsidiar o uso desse termo, foi utilizado o estudo de Almeida, et al (2018), que aponta as diferentes formas que o texto adquire ganhando status de documento-objeto para os estudos da história cultural, e permite que se tornem presentes um objeto, conceito ou pessoa ausente mediante sua substituição por uma imagem, que seja capaz de representá-los. Aponta com isso para as ideias de Chartier através das quais é possível conjugar a dimensão-fonte com a dimensão-objeto ainda na perspectiva de Chartier (1990), a fonte histórica torna -se mediadora do presente com a realidade passada.

contra as Secas (DNOCS). Ao consultar o Catálogo de publicações editadas pelo DNOCS, foi constatado que não existem informações sobre a tiragem e circulação do material, contudo, consta a condição da publicação como "esgotada". A cópia digitalizada do relatório documento-objeto desse estudo, foi obtida através de contato com a arquivista da sede do DNOCS de Fortaleza e, ao iniciar essa pesquisa, ela foi disponibilizada pelo LACENF.

A partir desse achado de relatório em formato de livros, cabe apontar que essa estética material permite uma melhor e maior divulgação e até mesmo a circulação das informações, já que seu alcance e difusão se torna mais fácil. Porém há que se pontuar aqui, que nessa perspectiva de divulgação, o formato digitalizado de livros e documentos, hoje possibilita o acesso de diferentes leitores a materiais que talvez ficassem restritos a uma certa localidade. No caso do relatório documento-objeto aqui estudado, foi possível o acesso a ele por conteúdos digitalizados, o que ratifica a importância desse formato em livros e documentos.

Chartier e Scolari (2019) apontam que, os suportes eletrônicos transformam a prática do historiador, possibilitando a consulta e análise de conteúdos impressos fora do seu local de conservação. Portanto, vale retomar uma questão fundamental para a pesquisa em história: as variações, sejam elas materiais ou não, compõem o conjunto de representações sócio-culturais de uma cultura ou de uma sociedade a qual o material se referencia. Dessa forma, ao se tomar um documento como objeto de uma pesquisa histórica, o mesmo deve ser interrogado em todas as suas estruturas, a fim de se extrair o máximo de informações que circundam sua idealização e criação em tempos e espaços definidos.

Outras fontes foram utilizadas nesta pesquisa como auxiliares, o relatório enviado pelo chefe do Açude de Feiticeiro (Dr. Deoclécio Lima Verde), em 2 de maio de 1932, à Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Raquel Haddock Lobo, que demonstra a satisfação com o trabalho das enfermeiras (D. Araci das Neve e D. Safira Gomes Pereira) durante o período em que elas estiveram no acampamento prestando os serviços de saúde pública (anexo A). Foi utilizado também, o documento enviado pela enfermeira que participou da missão, Zilda da Cunha Bastos, em 31 de janeiro de 1933, à D. Raquel Haddock Lobo sobre a sua experiência profissional enquanto participante da missão, trazendo uma breve visão do trabalho da enfermagem visto pelo olhar de quem esteve na linha de frente do cuidado aos flagelados (anexo B).

Quando se fala de pesquisa histórica, Borenstein e Padilha (2005) sinalizam que o historiador relê os documentos de seus predecessores com um novo olhar, buscando novas interpretações e analisa o que foi escrito em outra perspectiva, adquirindo novas respostas e

conceitos historiográficos. As autoras pontuam ainda, que a pesquisa histórica deve ser feita através de uma abordagem sistemática de dados de forma crítica e avaliativa deles. Chamam, também, a atenção para alguns passos a serem considerados durante a elaboração da pesquisa, a saber: levantamento dos dados; avaliação crítica dos dados e apresentação dos fatos; interpretações; e conclusões. Nessa perspectiva, a pesquisa histórica visa lançar luz sobre algum fato histórico para poder melhor compreender o presente produzindo novo conhecimento. A história também nos ajuda a elaborar novos sentidos para a atualidade e aponta novos rumos a seguir em determinadas situações, sejam elas profissionais, políticas ou mesmo sociais.

Já o historiador Droysen⁷, considerado por muitos como o fundador do método histórico moderno, aponta que o presente pode ser uma fonte que dará sentido a história e não somente o passado, destacando que a observação do presente leva a uma melhor maneira de contextualizar os fatos históricos. Neste sentido, as operações metodológicas, através dos vestígios históricos, constituem uma questão importante para o historiador, após o que, cabe metodologicamente reunir a heurística, a interpretação e a crítica das fontes na qual hipóteses são levantadas e testadas. Percebendo ou não a sua relação com o conteúdo histórico, a crítica não deve buscar apenas o fato histórico, mas também, determinar a relação entre o material a ser explorado e os atos de vontade que contribuem auxiliando ou inibindo, a elaboração de seus registros. O resultado deve indicar que o material foi explorado de forma a permitir uma interpretação relativamente segura e correta dos dados (DROYSEN, 2009).

Reafirmando o exposto, Droysen (2009, p. 53) destaca que os que se recusam ir além da crítica “se equivocam naquilo que abandonam à imaginação, em lugar de trabalhar com os resultados da crítica e buscar regras que assegurem sua exatidão também para continuar o trabalho subsequente”. Neste sentido, foi lançado mão dessa premissa para proceder a crítica e exploração do material aqui utilizado, pois é possível traçar a relação do presente, do que hoje acompanhamos enquanto conquistas dos avanços da profissão de enfermagem, por meio dos vestígios históricos encontrados nos relatos documentais.

Para o historiador Jacques Le Goff, o documento não é algo que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o manipulou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória

⁷ Johann Gustav Droysen (Trzebiatów, Pomerânia, 6 de julho de 1808 – Berlim, 19 de junho de 1884) foi um dos mais importantes historiadores alemães do século XIX. Manual de teoria da história (trad. Sara Baldus & Júlio Bentivoglio, do Grundriss der Historik, 1882). Republicado pela editora Vozes (2009).

coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, ou seja, com pleno conhecimento das suas propriedades. O documento é uma remodelagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, por vezes esquecido, mas de alguma forma manipulado, passando de geração a geração, até ser revisitado por alguém. Seja através das mídias digitais ou bibliotecas, fato é que a depender da manipulação humana e não do acaso, podem reaparecer e serem reavivados na memória e nos arquivos. Sendo assim, deve ser considerada a intervenção do historiador na escolha dos documentos, preferindo uns em detrimento de outros (LE GOFF, 2003).

Cabe ressaltar que o presente relatório documento-objeto desse estudo permaneceu, por muitas décadas, “esquecido” nos acervos documentais do DNOCS da cidade de Fortaleza, o que pode ser verificado pelo fato de não ter figurado em relevantes estudos e pesquisas sobre a seca de 1932. Sua vinda à tona passa a compor importante acervo para a pesquisa documental sobre este tema, por tratar minuciosamente, dos discursos médicos sobre as diferentes frentes e ações desenvolvidas no campo sanitário durante este importante fato social que marcou a história da região nordeste.

Portanto, sua escolha para esta pesquisa permite desvelar o papel das enfermeiras do nível central do DNSP na organização do cuidado aos flagelados, tendo em vista a falta de visibilidade conferida ao assunto nas pesquisas históricas existentes sobre a seca. A assinatura da enfermeira Isaura Barbosa Lima na ata de inauguração do centro de saúde de Fortaleza em 1933 - sinalizada em estudo de Pellon (2013) - marca a primeira alusão à presença das enfermeiras do nível central do DNSP, identificada nos estudos que versam sobre a seca até então. No entanto, mesmo após o hiato temporal compreendido desde o ano de 2013 até o momento atual, não foram identificadas outras investigações sobre o tema, demonstrando não ter sido objeto de pesquisas na área da história da enfermagem.

Neste sentido, nossa intenção, ao se priorizar este documento como objeto de análise, reside no potencial de trazer novos olhares sobre um tema já muito explorado pela disciplina histórica a respeito da medicina praticada nos espaços assistenciais da seca de 1932, sem, contudo, avançar nos discursos sobre os serviços de enfermagem da época, como resultado de um momento fecundo de aproximação das protagonistas locais com as enfermeiras comissionadas, e conseqüentemente, do encontro entre a enfermagem local com aquela praticada no Distrito Federal desde a Reforma Chagas.

Segundo Cellard (2008), o documento escrito é uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador, podendo ser insubstituível nas reconstituições referentes a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele pode permanecer sendo o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente ou não. Chartier (2002), por sua vez, trata o documento escrito na forma de livro, jornal ou revista, como um produto cultural da sociedade ocidental. Indo ao encontro desta abordagem esta pesquisa será, portanto, um estudo na perspectiva da história cultural.

A partir do exposto, há que se considerar que o material usado como documento-objeto desta pesquisa é fruto de uma obra histórica, produzido em um período específico de uma sociedade, permeado pelas questões climáticas, sociais, de saúde e políticas. Assim sendo, para melhor contextualizar esse trabalho e as reflexões que serão elaboradas considerando as representações sobre a enfermagem no referido relatório de serviço da comissão, a proposta desse estudo se encontra alicerçada na perspectiva do historiador Chartier, que em umas das formas de referência ao termo representação, relaciona-o a uma presença em documento marcada pela ausência. Destaca-se também que a representação não é o ato em si, mas uma visão projetada dos interesses do conjunto de mãos e intelectos que atuam sobre ela (CHARTIER,1998).

Portanto, para pautar a crítica documental, considerando a necessidade de descortinar as intencionalidades que habitam o conjunto de representações, a análise do documento-objeto do estudo obedece aos três princípios metodológicos propostos por Chartier.

O primeiro diz respeito a situar a construção de sentido dos textos através de limites transgredidos e as liberdades controladas. Para tanto, o historiador deve observar a existência de uma força entre as formas materiais da escrita e competências culturais dos leitores na delimitação das fronteiras da compreensão do sentido visado pelos textos e suas formas de publicação.

O segundo princípio ou “exigência do método”, propõe ao pesquisador que ele se empenhe em desfazer a “fraca ideia” de que as representações são tradução do real, meras imagens, verídicas ou enganosas que traduzem uma realidade exterior. Para nortear esse eixo, há que se considerar as forças das representações escritas, relacionando texto e imagem no documento, o que permite apontar as realidades representadas por elas.

O terceiro princípio de análise, por sua vez, sugere que obras singulares ou textos que são objeto de trabalho sejam posicionados no cruzamento de dois eixos que organizam toda

metodologia de história ou de sociologia cultural: um eixo sincrônico e outro diacrônico (CHARTIER, 2011).

A partir desses princípios delimita-se no relatório documento-objeto desse estudo uso das falas que propiciam a reflexão sobre a atuação da enfermagem na época, buscando a construção de sentido nos relatos descritos. Ainda obedecendo a esses princípios, articularam-se as imagens nas quais figuram a presença da enfermagem para assim buscar uma melhor tradução e compreensão da realidade estudada.

Para melhor contextualização, aponta-se ainda o texto de Chartier (2000), no qual o autor traz uma noção para que se possa considerar a relação entre a literatura e a história, pontuando que alguns textos podem trazer uma representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético. Semelhantes textos que fazem da escritura, do livro e da leitura o objeto mesmo da ficção, obrigam os historiadores a pensar de outra maneira as categorias mais fundamentais que caracterizam a “instituição literária”, que é composta de três disciplinas fundamentais (a filologia, a história literária e a hermenêutica).

Assim como na antiguidade, é preciso pensar em três noções que constituem o discurso dessa instituição literária, primeiro, identificar o texto com um escrito fixado, estabilizado, manipulável, graças à sua permanência. Em segundo lugar, a ideia de que a obra é produzida para um leitor, sendo que esse leitor pode ler para si mesmo, em silêncio, solitariamente, mesmo quando se encontrar em um espaço público. Por último, caracterizar a leitura com atribuição do texto a um autor e como uma decifração do sentido (CHARTIER 2000).

Para articular o documento histórico com o cenário de atuação que trouxe as questões levantadas para o estudo, foi necessário um levantamento bibliográfico que permitisse identificar os vestígios históricos, utilizando literatura de apoio para subsidiar a análise e interpretação dos dados encontrados nos materiais consultados, os quais foram: artigos, dissertações e teses, livros e revistas concernentes a saúde pública, a história cultural, a representação, a seca no nordeste, a formação do enfermeiro e da enfermagem brasileira.

Considerando a primazia de pesquisas que utilizaram o referencial teórico-metodológico de Chartier no âmbito do LACENF, pertencente à Escola de Enfermagem Alfredo Pinto (UNIRIO) buscamos dissertações e teses que corroboraram com esse estudo, já que trazem na base de seus estudos reflexão em torno da Nova História Cultural, em

pesquisas de História da Enfermagem e demais áreas da saúde. Entre eles cabe destacar os estudos de Pellon (2013), Almeida (2017), Figueiredo (2019) e Cavalcanti (2019).

3 REPRESENTAÇÃO E HISTÓRIA

Falar sobre a historiografia do Brasil sob a perspectiva de sua representação, implica em imergir nos estudos mais atuais sobre o tema que demarca um campo da história reivindicado por Roger Chartier como a Nova História Cultural, que busca valorizar temas muitas vezes silenciados pelos estudos de abordagem social da história. Chartier (1998), trata o conceito referindo-se à uma presença em documento marcada pela ausência. Para o autor, representação não é o ato em si, mas uma visão projetada dos interesses do conjunto de mãos e intelectos que atuam sobre ela. Compreender o presente como um processo marcado por heranças acumuladas ou por descontinuidades basilares que nos tornaram o que somos, será importante para a nossa singularidade.

Ratificando o exposto cabe destacar o historiador francês Michel de Certeau, que reafirma a história “fundada sobre o corte entre um passado, que é seu objeto, e um presente, que é o lugar de sua prática, a história não para de encontrar o presente no seu objeto, e o passado, nas suas práticas” (CERTEAU, 1982, p.46).

Os textos e fotografias do relatório da comissão, reforçam como os médicos encontraram neste momento de crise sanitária meios para se especializarem e aprofundarem seus conhecimentos durante o planejamento e execução das atividades que são registradas no relatório, documento-objeto e podem ser visualizadas através das imagens contidas nele, como: cortes histológicos, lesões ulcerosas, pacientes com diversas patologias, boletins nosográficos, boletins sanitários, fichas de atendimento, plantas e croquis dos hospitais e locais de atendimento elaboradas pela equipe, além disso, eles faziam dessas situações momentos para se projetarem enquanto atores sociais e políticos, o que é possível de ser visualizado através das fotos com diversas autoridades locais e políticos de renome que figuram no relatório da Comissão.

“Nunca será o bastante o que se fizer por essas áreas do Ceará e da Paraíba, de uma fertilidade tão grande, celeiros que são de Estados assolados pela seca e onde a mão do homem se enfraquece na sua realização formidável de semeador pelas devastações da boubá” (COSTA, 1936, p.166).

Nessa perspectiva do conhecimento histórico a leitura de Porter (2008) “Cambridge a História da medicina”, permite uma visão ampla da introdução a medicina, que abrange a história social e a científica da medicina e traça uma cronologia do desenvolvimento dos principais eventos combinando descobertas e controvérsias que envolveram o progresso da

medicina, entre os avanços cabe destacar a descoberta das drogas e das vacinas, as primeiras cirurgias cardíacas os transplantes etc. O autor aponta ainda expansão da Organização Mundial da Saúde (OMS) com o programa de prevenção e erradicação de doenças, especialmente nos países em desenvolvimento, a exemplo da varíola com sua erradicação global em 1977.

Cabe ainda destacar que a análise histórica da medicina coloca a ciência sob microscópio e levanta questões que alimentam o progresso médico por décadas e continuam até os dias atuais. Entre elas: “Quem tem controlado a medicina? Tem sido ela modelada por oferta ou por demanda, por forças de dinheiro ou por pressões de mercado? O quanto ela tem preenchido adequadamente as necessidades do doente?”. Essas e outras perguntas abrem um leque para a discussão sobre o papel social e político da medicina (PORTER, 2008).

Essas questões aqui trazidas não se esgotam neste estudo, mas cabe refletir que elas permeiam a história da medicina e, muitas vezes, tem influenciado os acontecimentos e fatos que marcam a sociedade.

Quando se fala de história cultural, o conceito de representação tem sido amplamente discutido no Brasil e o historiador Chartier⁸ tem sido citado em diversas obras como referência sobre o assunto. Santos (2011) aborda alguns vieses do tema e busca em sua obra trazer subsídios teóricos, trazendo uma discussão filosófica e etimológica do termo. Aponta um caminho possível para o diálogo entre as diferentes vertentes teóricas, que estão inseridas em uma ampla tradição de reflexão para a qual é importante a ideia da representação, e desenvolver algumas contribuições acerca de aspectos específicos. É esse caminho que iremos trilhar para melhor compreender a importância desse assunto.

Correia (2016) também trabalha com o conceito de representação, destacando que o termo visa abarcar não os fatos, mas como eles foram “representados”, ou seja, como são lidos, compreendidos, sentidos, vividos, pelas sociedades ao longo da História. Ressalta também que a Literatura, enquanto campo de produção do conhecimento, carrega em seus produtos (os textos escritos) aquilo que os autores viveram, sentiram, imaginaram e interpretaram como aspectos da sua realidade social, do seu tempo histórico. Logo, podemos destacar que a ficção não está desprovida do real, das intensidades socialmente representadas,

⁸ No Brasil, alguns dos seus títulos publicados são: *A História Cultural entre práticas e representações* (1990), *A ordem dos livros* (1994), *Práticas da leitura* (1996), *A aventura do livro do leitor ao navegador* (1998), *História da leitura no mundo ocidental* (1998), *Cultura escrita; Literatura e História* (2000), *Práticas da leitura* (Org. 2001), *Os desafios da escrita* (2002), *À beira da Falésia* (2002), *Do palco à página* (2002), *Formas e sentidos* (2003), *Leituras e leitores na França do Antigo Regime* (2004), *Inscrever e Apagar* (2007), *A história ou a leitura no tempo* (2009), *Origens culturais da Revolução Francesa* (2009), *O sociólogo e o historiador* (2012).

mas, em contrapartida, está intrinsecamente mergulhada junto às forças históricas de cada época.

O surgimento da Nova História Cultural (NHC) relembra as mudanças de paradigmas que a história vinha passando na década de 1970. O avanço da história social foi estimulado pela influência de dois paradigmas de explicação dominantes: o marxismo e a escola dos *Annales*⁹. Entre o final da década de 1950 e os primeiros anos de 60, um grupo de jovens historiadores marxistas começou a publicar livros e artigos sobre “a história vinda de baixo”. Com essa inspiração, os historiadores das décadas de 60 e 70 começaram a deixar de lado os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres (HUNT,1992).

Correia (2016), destaca o historiador Peter Burkner (2004), ao salientar a história cultural não como uma descoberta ou invenção nova, mas que ela já era praticada na Alemanha com o nome *kulturgeschichte* há mais de 200 anos. O que havia antes disso eram histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem e assim por diante. A partir de 1780, foram sendo disseminadas histórias da cultura humana ou de determinadas regiões ou nações. Essa nova tendência historiográfica foi denominada de NHC, não apenas por ser uma retomada do foco na cultura, que passou por um período de decadência ao final do século XIX, em virtude do interesse pela política e pelos “fatos concretos”, mas também, por trazer novos objetos, novas abordagens, e novos problemas.

Correia (2016) ainda salienta que a NHC procurou realizar uma interdisciplinaridade, e que ela utilizava as contribuições de filósofos como Michel Foucault, antropólogos como Clifford Geertz, e sociólogos como Pierre Bourdieu. Burkner (1992), destaca a expressão “a nova história” como mais conhecida na França. *La nouvelle histoire*, esse foi título de uma coleção de ensaios editada pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. Este também auxiliou na edição de uma coleção de ensaios acerca de: “novos problemas”, “novas abordagens” e “novos objetos”. Sendo nessa perspectiva, a nova história, uma história *made*

⁹ A revista original, *Annales d'histoire économique et sociale*, foi fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. Na década de 30 foi de Estrasburgo para Paris, onde em 1946, recebeu o nome atual, *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations*. A *Annales* tornou-se uma escola, ou pelo menos assim começou a ser chamada, quando se afiliou institucionalmente à Sexta Seção de *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, depois da Segunda Guerra Mundial. Fernand Braudel deu-lhe um sentido geral de unidade e continuidade, tanto por redigir a Sexta Seção, quanto por dirigir a *Annales* nas décadas de 50 e 60. Por volta dos anos de 1970, o prestígio da escola era internacional; o *International Handbook of Historical Studies* de 1979 continha mais verbetes relativos à escola dos *Annales* do que a qualquer outro assunto, com exceção de Marx e do Marxismo.

in France e associada à chamada *École des Annales*, agrupada em torno da revista *Annales: économies, sociétés, civilisations*. Para Burker, não é fácil uma definição categórica do termo, sendo por vezes difícil apresentar mais que uma descrição vaga, caracterizando a nova história como história total (*histoire totale*) ou história estrutural.

A História Cultural, tal como a entende Chartier (1990), “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”. Nessa perspectiva, os dizeres do próprio historiador, procura compreender as práticas que constroem o mundo como representação.

A contribuição de Chartier para a História Cultural está ancorada na elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. De acordo com este horizonte teórico, as diversas formações culturais poderiam ser examinadas no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois polos, que se traduzem no “modo de fazer” e no “modo de ver”. Assim os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois polos, os objetos culturais seriam produzidos “entre práticas e representações”.

Para melhor clarificar estas duas noções, que hoje são de importância primordial para o historiador da Cultura, faz-se necessário abordar o que são as “práticas culturais”. Sendo essa noção elaborada não apenas em relação às instâncias oficiais de produção cultural, às técnicas e às realizações, mas também em relação aos usos e costumes que caracterizam a sociedade a ser examinada pelo historiador. Exemplificando as práticas culturais não apenas a feitura de um livro, uma técnica artística ou uma modalidade de ensino, mas também os modos como, em uma dada sociedade, os homens falam e se calam, comem e bebem, sentam-se e andam, conversam ou discutem, solidarizam-se ou hostilizam-se, morrem ou adoecem, tratam seus loucos ou recebem os estrangeiros (BARROS, 2018).

Ainda segundo Barros (2018), as noções complementares de “práticas e representações” são úteis, pois através delas podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, como os sujeitos produtores e receptores de cultura, além dos processos que envolvem a produção e difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e por fim as normas a que se conformam as sociedades quando produzem cultura, inclusive mediante a consolidação de seus costumes. Neste sentido, essas noções juntas permitem abarcar um conjunto maior de fenômenos culturais, além de chamarem a atenção para o dinamismo destes fenômenos.

Segundo Chartier (2011), quando se fala de representação, há que se ressaltar a relação entre o mundo e as representações que são as realidades. Em suas palavras, “a defesa de uma

noção estigmatizada e idealista não é facial”, ao tentar fazê-la ele traz a ideia de que não existe história possível se não se articular as representações das práticas e as práticas das representações. Santos (2011), ao abordar a ideia de Chartier sobre práticas traz a noção que estas pertenceriam à outra natureza, escrevendo sobre as práticas do passado. Destaca a fala do historiador francês, onde pontua que a maioria dos trabalhos que ele orientou trata de uma forma ou de outra do mundo das práticas culturais, e que existe uma distância entre as práticas e os discursos.

A reflexão em torno de representação coletiva pode considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como instituições sociais, que incorporam as formas de representação coletiva e as divisões das organizações sociais. Considerando as representações coletivas como matriz da prática construtora do próprio mundo social, onde se ressalta que as mais elevadas representações coletivas só têm existência, só são verdadeiras na medida em que comandam atos (CHARTIER, 1991).

Chartier (1991) sugere que a história tome como fio condutor de suas investigações, as representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, pode se partir do princípio a considerar objetos, formas e códigos inscritos nos textos e não dos grupos. Nesse sentido, será pertinente diferenciar os tipos de representação e o sentido literal da palavra para que o texto trabalhado tenha um maior sentido para quem dele se apodere.

Representação é um termo que contém uma variedade polissêmica, nessa perspectiva o termo aponta para significados opostos, aparentemente contraditórios, como foi mencionado anteriormente, representação por um lado faz ver uma ausência distinguindo o que representa do que é representado, por outro, a apresentação da presença, apresentando uma coisa ou pessoa pública. No primeiro caso, a ausência pode ser materializada através da representação por imagens ou objetos, como o caso de manequins de cera, madeira ou couro, que substituíam o corpo ausente de urnas sepulcrais monárquicas nos funerais de soberanos franceses e ingleses (CHARTIER 1991).

Ainda se apoiando em Chartier, o principal objetivo da NHC é identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída. Nesse caminho, a representação do mundo social embora aspire a universalidade de um diagnóstico baseado na razão, é sempre determinado pelos interesses dos grupos que a forjam, sendo necessário para cada caso o relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 2002).

Cabe refletir, a partir da noção anterior, que o autor ao afirmar as representações sociais dessa maneira elaborara a ideia de representação enquanto instrumento teórico-metodológico, capaz de envolver um campo de lutas pelo poder e dominação entre os grupos, ou entre os indivíduos representantes de tais grupos, estruturadas a partir de relações externas objetivas entre os mesmos e que existem independentemente das consciências e vontades individuais que as produziram dentro de determinado campo social. Ao mesmo tempo, podemos mencionar que tal conceito, seria capaz também de possuir importância como algo decisivo dentro das estruturas de relações de um campo social histórico, tanto quanto os afrontamentos que são efetivamente materializados entre os grupos e produzirão as relações sociais entre as classes.

Caminhando ainda no mundo social, entrando no campo das práticas de leitura, ao falar do encontro de diferentes estudiosos ocorrido no ano de 1986, sobre o tema da leitura, Pécora (2009), traz alguns apontamentos referentes ao autor Chartier, o qual refere que o campo da história das práticas da escrita avança por direções distintas, porém não contraditórias. Uma dessas perspectivas leva em consideração maneiras de ler que já não ocorrem sistematicamente no presente constituindo um corpus de “atitudes antigas” quando se faz a leitura, ou seja, repõe as diferenças históricas de uma pragmática já dissolvida no presente. Na prática da leitura a apropriação do texto pelo autor pode escapar às previsões significativas do texto, podendo ocorrer desvios semânticos e imprevistos pragmáticos notáveis. Chartier defende a autonomia criativa do leitor que invalida a dicotomia entre cultura popular e cultura erudita, por conseguinte, as palavras e os textos podem ser classificados meramente como acumuladores, pois as práticas de apropriação são pouco redutíveis aos desejos daqueles que produzem os discursos e as normas. Outra via que pode ser dada a leitura trata especialmente de observar e descrever os múltiplos empregos do termo “leitura”. O conhecimento da pluralidade desse termo pode proporcionar o rompimento com a ideia monolítica e homogênea que comumente se tem no processo dado como natural e espontâneo. (PÉCORA, 2009).

Ainda na visão investigativa na aparente contradição que se encontra envolvida a história, falando da leitura, que é a prática principal que fez emergir o tema trabalhado neste estudo, através da determinação do modo como ela influencia a construção de representações, pode se nesse sentido dizer que o trabalho a realizar se está entre textos, objetos impressos e maneiras de ler.

Chartier (1998) destaca em um de seus textos o espanhol Fernando Rojas, que faz uma indagação pertinente: como um texto que será lido por diversas pessoas pode se transformar em objeto de discórdia, suscitando divergências entre os leitores, cada um com o seu gesto pessoal, diferindo em suas opiniões pelo mesmo texto. Essas recepções contraditórias a um texto se dão devido a alguns fatores: idade de quem lê (crianças/jovens/homens e velhos); cada um abordará o texto de uma maneira, de acordo com suas aptidões e expectativas; alguns podem não saber ler, outros podem não ter vontade ou já não podem mais fazê-lo. Sendo assim, se estabelecerá o uso que cada um fará do texto, refletindo sobre experiência da leitura como “criação secreta e singular” de cada leitor, apontando uma tensão literária de acordo com a abordagem dada ao ato. De um lado, infere-se “a leitura ou o leitor a partir das estruturas externas do próprio texto”, por outro lado, tenta-se “localizar as determinações individuais ou comuns que regem os modos de interpretações extrínsecos ao texto”.

Ao pensar nas representações da enfermagem ao longo da história no campo da saúde pública, na construção de sua identidade profissional e também de como ao longo dos anos a profissão teve sua origem postulada pela interferência de diversas formas culturais, recorreremos a Chartier (1991) no que tange à construção da identidade social como resultado de uma relação de força entre àquelas impostas pelos que detém o poder de classificar e nomear a definição, aceitação ou resistência que cada comunidade produz de si mesma e dos outros, conferindo a sua representação enquanto grupo para se fazer reconhecer em sua existência.

4 ESTADO DA ARTE

Como o documento-objeto do estudo é um relatório de serviço, cabe trazer a sua importância enquanto parte integrante de registros históricos que ajudam a identificar os vestígios da construção da identidade de um grupo, profissão e até mesmo para minimizar a lacuna do conhecimento sobre a memória coletiva de uma dada sociedade, ou ainda, resgatar fontes de registros que fizeram com que uma pessoa ou situação marcasse uma época ou período da história. Para ratificar o exposto, cabe destacar que o referido material utilizado como documento-objeto dessa pesquisa, foi elaborado durante a viagem da comissão de saúde ao nordeste no ano 1932-1933, porém o ano de publicação do mesmo, data de 1936, o que amplia a visão com relação a relevância da obra.

Algumas obras utilizadas na pesquisa foram acessadas por buscas em diversas plataformas, entre elas: Google Acadêmico, Portal de Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), usando os termos “estudos de relatórios de saúde pública”, refinando a busca com o ano de 1932-1942. Como resultado da busca há trabalhos relacionados ao tema, porém poucos que estudam o relatório como objeto de pesquisa.

Dentre as obras utilizadas nessa pesquisa como fonte que contribuíram para melhor entender a importância do relatório, cabe destacar dois estudos, nos quais os autores usam o relatório como documento-objeto. Rocha (2018) “Os mosquitos, o Estado no relatório do chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Bahia, 1922” do Dr. Sebastião de Barros¹⁰. No estudo desse relatório, a autora aponta que o documento reúne informações sobre as iniciativas coordenadas pelas autoridades no tocante às epidemias e à profilaxia rural, acompanhadas de uma compilação dos relatórios dos profissionais responsáveis pelos postos de profilaxia rural e de tabelas contendo dados sobre os trabalhos nas diferentes regiões do estado, as notificações recebidas e as despesas realizadas.

Além deste, podemos citar Azevedo (2016), no trabalho: “Um olhar sobre o sertão: As fotografias do Relatório da Expedição Científica de Arthur Neiva e Belisário Penna”, os objetivos da análise se referiam às contribuições das fotografias publicadas no relatório nos estudos desenvolvidos no Instituto Oswaldo Cruz e às pesquisas de Arthur Neiva e Belisário Penna, além de verificar a existência de diálogo entre o discurso textual e o discurso visual presentes no documento. O relatório registra a expedição científica dos médicos Arthur Neiva

¹⁰Dr. Sebastião Barros Chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no Estado da Bahia.

e Belisário Penna, ao norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás, realizada em 1912, para fazer um levantamento sanitário e epidemiológico das regiões atingidas pela seca.

Cabe também mencionar que ao analisar alguns relatórios de serviço¹¹ citados por Rocha (2018) e ainda outros que ilustram um pouco da carreira profissional do relator do documento-objeto do trabalho, da história de saúde pública do nosso país e missões as quais ele participou¹², citados por Brum (2013), foi possível perceber a riqueza de informações e indícios históricos que podemos identificar nesses materiais, sejam eles anteriores ao documento-objeto desse estudo, ou até mesmo os mais recentes. Porém, vale pontuar que a peculiaridade do relatório em formato de livro foi achada também em outro relatório de 1922 (Dr. Sebastião de Barros) e no relatório lançado pela OMS em 2020¹³, *The State of the World's Nursing 2020* (O Estado da Enfermagem no Mundo 2020). Mas uma vez apontando para a importância do relatório enquanto fonte histórica para a pesquisa e para a construção da identidade de um grupo ou pessoa.

Por fim, vale ainda destacar que no decorrer desse estudo em busca no Google com os nomes dos autores do relatório objeto de análise nesta pesquisa, foi possível acessar a tese de doutorado de Luccheci (2017), “O feijão do Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas”, do Departamento de Antropologia da

¹¹ Relatório apresentado pelo Dr. Sebastião Barros Chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural no Estado da Bahia relativamente aos trabalhos executados durante o ano de 1922, documento que reúne informações sobre as iniciativas coordenadas pelas autoridades no tocante às epidemias e à profilaxia rural ao D N S P, o relatório é parte do Arquivo Belisário Penna da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (Rio de Janeiro). Contém 128 páginas, seguidas de anexos em forma de tabelas (ROCHA, 2018).

- Relatório enviado ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra pelo Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, chefe da missão em 18 de janeiro de 1919. Missão médica especial enviada à França em caráter militar; (ROCHA, 2018).

¹² RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Saúde. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Gal. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1943, pelo Dr. José Bonifácio Paranhos da Costa, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde, compreendendo o período administrativo de 1939 a 1942. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943. p. 6. RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Saúde.

RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Saúde. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Cel. Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, em janeiro de 1941, pelo Dr. José Bonifácio Paranhos da Costa, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde, compreendendo o período administrativo de 1939 e 1940. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1941.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dorneles Vargas, DD Presidente da República, pelo General Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal no Rio Grande do Sul, durante o período 1938-1943. Porto Alegre, Oficinas Gráficas da Imprensa Oficial, 1943. p. 41.

¹³ Relatório que fornece evidências e as opções de políticas mais recentes e atualizadas para a força de trabalho global de enfermagem. Ele também apresenta um argumento convincente para investimentos consideráveis - mas viáveis - no ensino de enfermagem, empregos e liderança (OMS, 2020).

Universidade de São Paulo (USP), onde a autora analisa a política de açudagem pública empreendida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a partir da reestruturação fundiária derivada dessa política e da utilização da população mais afetada pelas secas como mão-de-obra nas construções de açudes pelas ações do Dnocs. A autora usa como fonte da sua pesquisa o mesmo relatório usado como documento-objeto desse estudo. Ela teve acesso ao documento em visita à sede do Dnocs de Fortaleza. Além deste, a autora utiliza diversos relatórios e boletins do Dnocs em seu referencial bibliográfico. Porém, vale sinalizar que o estudo não se refere à área de saúde, apesar de abordar de forma contextual áreas políticas e da saúde, trazendo assim elementos substanciais que podem corroborar com esse estudo.

5 MATERIALIDADE E ESTÉTICA: a autoridade em questão

5.1 Ordem, Progresso e Autoridade na Saúde Pública

A materialidade que veicula o texto possibilita ao pesquisador captar elementos capazes de dar suporte a um estudo sobre as significações intencionadas pelo autor, pelo comentador e pelo editor, quando ajuízam o leitor como sujeito a um sentido único, a uma compreensão correta, ou seja, a uma leitura autorizada, pensada de forma a trazer novos significados ao texto.

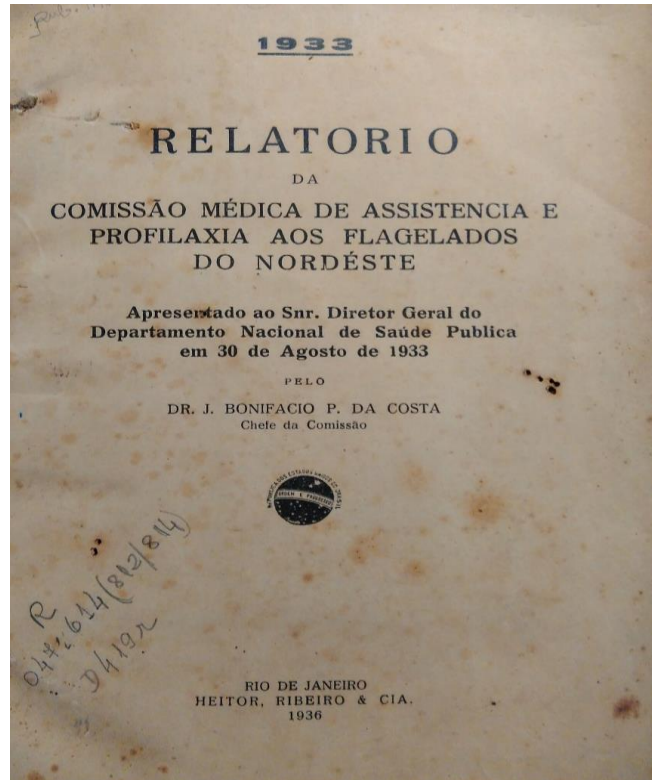
A capa de um livro é o “convite” para a leitura. É nela que encontramos os elementos que sinalizam para o tema, a autoria e a autoridade dos envolvidos com o projeto da obra através do uso de imagens e outros recursos chamativos. Inicialmente o uso da capa nos livros era com o propósito de proteger a obra. Com a revolução industrial a invenção de tipos móveis e aperfeiçoamento da prensa por parte de Gutenberg, o livro passou a ser um bem mais acessível às massas, já que esta invenção diminuiu o tempo de produção do livro e, conseqüentemente, o seu preço. No entanto, a partir dos anos 1890 o design das capas de livro começou a ser mais explorado por seu potencial para atrair mais compradores (ALVES, 2019).

Cabe lembrar que a capa do documento-objeto deste estudo foi padronizada pelo DNOCS, sem guardar informações da versão original do documento que possam apontar para as estratégias mobilizadas pelo conjunto de autores a fim de “convidar” os potenciais leitores a se interessarem pela mesma, sendo a sobrecapa usada nesse estudo para fim de análise das informações ali contidas.

Ainda segundo Alves (2019), as sobrecapas surgiram com abas que permitiam a utilização do livro com esta camada protetora que, embora geralmente fosse deixada em branco, começava a ter impressão progressivamente mais complexa ou folha de rosto cujo objetivo principal era de proteger os livros desde o seu local de impressão até à livraria, onde eram posteriormente descartadas. Estas sobrecapas assemelhavam-se mais a embrulhos, eram impressas apenas com a informação necessária para identificar o livro em questão e teriam de ser rasgadas na sua abertura. Como conhecemos hoje a sobrecapa é o espaço destinado às informações gerais sobre a totalidade das mãos que atuaram sobre uma determinada obra, onde figuram redator/escritor, órgão responsável pela publicação, patrocinadores, entre outras

informações relevantes, como título, local e data em que foi publicada a obra.

Figura 1 - Fac-símile nº1 - Capa do Relatório documento-objeto



Fonte: Costa (1936).

Conforme imagem apresentada anteriormente, a sobrecapa do documento-objeto utilizado neste estudo traz, portanto, título da missão / ano / endereçamento / editor / editora / local / data. Não consta a marca do DNSP na sobrecapa, apenas referência ao Diretor geral do DNSP. Com relação à editora¹⁴ não foram achados dados específicos relacionados à empresa. Cabe destacar, portanto, algumas outras obras publicadas por ela que apontam para uma predominância de títulos de produtos oficiais¹⁵. Estas obras foram encontradas em busca na plataforma de busca virtual Google. Ainda na sobrecapa figura uma imagem do símbolo do

¹⁴ Heitor Ribeiro e CIA – Rua Leandro Martins 72 a 76, escritório: Rua da Quitanda 90.

¹⁵ O alemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar. Rio de Janeiro: Typ. Heitor Ribeiro, 1906. 72 p.

RELATÓRIO da directoria da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil apresentado à Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de junho de 1906. Rio de Janeiro, Typographia de Heitor Ribeiro, 1906.

Lista telefônica de assinantes e de serviços da Brasilianische Elektrizitäts Gesellschaft do Rio de Janeiro (DF) de março de 1907. Possui instruções de uso. Encadernação em brochura, capa na cor bege. 57 páginas. Impresso por Typ. Heitor Ribeiro & C.

BRASIL. Tarifas. Volume: C. 1918. Paginação irregular. Editor ou instituição responsável pela publicação: Rio de Janeiro: Typ. de Heitor Ribeiro.

Dom Cabral, Antonio dos Santos. Cartas Pastorais Estante: Religião. Peso: 650g. Idioma: Português. Editora: Heitor Ribeiro & C. Ano: 1922.

Brasil com a descrição de “República dos Estados Unidos do Brasil” com a frase emblema do nosso país: “Ordem e Progresso”. A partir da segunda folha é uma apresentação ao Ilmo. Sr. Dr. Raul de Almeida Magalhães, diretor do DNSP, que descreve a divisão do material em quatro partes que foram escritas pelos médicos participantes da missão, conforme será descrito mais à frente.

Os elementos nela indiciados apontam para a figura do emblema do Brasil em destaque, resguardando as demais partes do documento para o endereçamento escrito ao Snr. Diretor Geral do DNSP. Nessa perspectiva, a abordagem da sobrecapa reforça a importância do sujeito e da instituição ao qual o conteúdo do relatório se destina, a fim de prestação de contas do trabalho executado e da obtenção de uma chancela para sua publicação. Seu posto e autoridade ligados ao Estado merecem destaque, quando associados no mesmo espaço gráfico o seu nome ao brasão e a referência à sua posição como diretor do DNSP, denotando se tratar de um texto autorizado sobre ações institucionais que se alinham com o jargão positivista “ordem e progresso”, em que prevalece a ideia de civilização se sobrepondo ao primitivismo.

Assim, pode-se afirmar que as ameaças de ordem social são duramente controladas pela institucionalização do conhecimento positivo da realidade, na figura da ciência e da administração pública, expressa em uma publicação impressa. Neste sentido, o conjunto de elementos sógnicos e simbólicos que figuram na sobrecapa deixam patente que o grupo de relatores é revestido de uma autoridade de enunciar para toda a comunidade médica nacional sobre o formato de organização administrativa dos serviços sanitários a ser adotado em situações de calamidade. Ainda nessa visão, é possível refletir sobre prestígio e autoridade dos relatores da missão numa relação de vínculo hierárquico explicitado na contracapa, uma vez que o texto se inicia da seguinte forma: “Tendo a honra de passar a vossas mãos o relatório ...”. (COSTA, 1936, p.2)

É notável, portanto, que num campo marcado por diferentes áreas e especialidades, a saúde pública ganha relevo como compromisso de Estado, e as ações governamentais neste segmento se tornam referência, especialmente quando comandadas por agentes comissionados do nível central do DNSP, de onde irradiavam todas as tendências e orientações para as gestões estaduais, como sinaliza Fonseca (2007), oscilando, por diversas vezes, entre a centralização e a autonomia estadual.

Nesta direção, Chartier (1990) afirma que as percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas sejam elas sociais, escolares ou políticas, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a

legitimar um projeto reformulado ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Dessa forma, as investigações sobre as representações devem supô-las como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições na qual os desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Logo as lutas de representações têm tanta importância como às lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.

A partir da abordagem estética da sobrecapa do documento, cabe retomar o seu ano de publicação que foi 1936 e lembrar que a referida missão foi entre os anos de 1932-1933. Essa abordagem do hiato de tempo entre a missão e a publicação do material pelo DNSP, permite uma reflexão em torno do que vinha ocorrendo, como a seca e a calamidade pública no Nordeste e a publicação dos materiais das atividades dos anos subsequentes a missão.

As mudanças na administração e nas pastas dos ministérios podem ter influenciado as publicações do DNSP como no caso da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, que subordinaria o DNSP. Este centralizaria as questões atinentes às políticas públicas para a área, configurando um novo marco no processo de institucionalização da saúde pública no Brasil. Cabe destacar a influência que as políticas do MESP tiveram e seu apogeu ao longo da administração de Gustavo Capanema¹⁶ (1934-1945). Entretanto, nos anos 1930 a 1934 sucessivas mudanças no comando da pasta ministerial e inúmeras alterações da estrutura organizacional impediram seu desenvolvimento, conduzindo, inclusive, a momentos de paralisação das atividades (AZEVEDO; FERREIRA, 2012).

A título de comparação, em relação às demais publicações do IFOCS existentes no sistema da biblioteca do DNOCS de Fortaleza¹⁷ com recorte temporal de 1932 a 1936, foram recuperadas pelo sistema quatro obras¹⁸. Dentre essas obras, um relatório destina-se a apresentação de um capítulo sobre a assistência médica na perspectiva dos serviços do DNOCS. Denomina-se "Relatório dos trabalhos realizados do ano de 1936", em que consta o recorte do conteúdo da obra que reporta a atuação dos profissionais da época nos períodos pós

¹⁶ Político intelectual, mineiro que assumiu o poder após o período turbulento do governo provisório (1930-1934), esteve à frente do Ministério da Educação e Saúde, historicamente conhecido como 'Era Vargas'. A dimensão histórica de atuação desse político foi marcada pelo cunho nacionalista e centralizador, características do Estado Novo, situação que favoreceu a ação direta de Capanema no campo educacional.

¹⁷ Busca feita pela bibliotecária que disponibilizou as informações.

¹⁸ IFOCS. **Relatório dos trabalhos realizados no triênio 1931-1933**. Fortaleza, 1934. 2v.; il.

IFOCS. **Relatório dos trabalhos realizados no ano de 1934**. [s.l.], 1935. 380 p. il.

IFOCS. **Relatório dos trabalhos realizados no ano de 1935**. Rio de Janeiro, 1936. 409 p. il.

IFOCS. **Relatório resumido dos trabalhos realizados no ano de 1935**. [s.l.]: [s.n.]. 35 p.

seca em alguns estados como: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, conforme entendimento da Inspeção com os governos desses estados, através de medidas profiláticas e atividades de polícia sanitária para combate aos surtos epidêmicos.

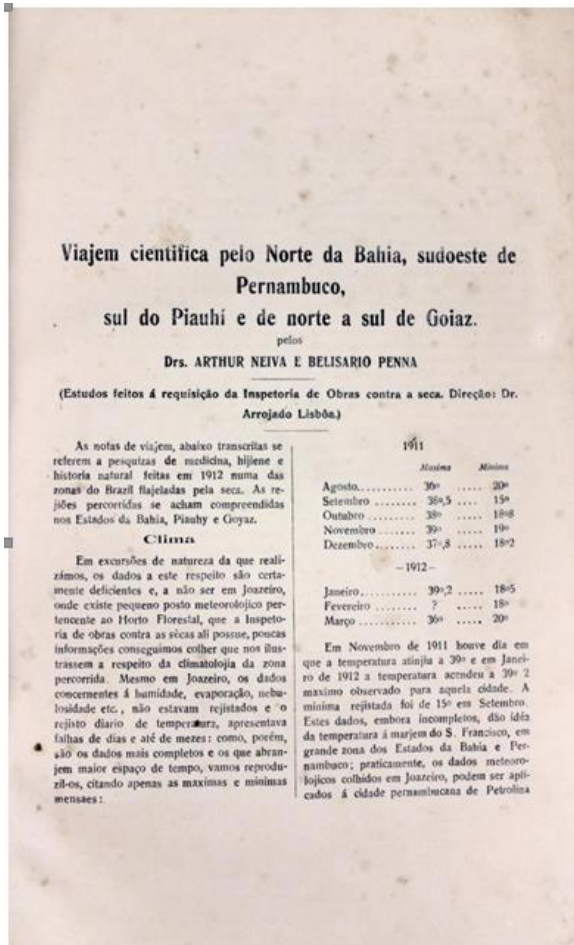
Outro relatório do mesmo período que também foi referenciado nessa pesquisa foi usado no estudo de Almeida (2012)¹⁹ e tem as mesmas características temporais do documento dessa pesquisa, já que foi produzido no período de 22/09/1931 a 05/09/1934 e sua imprensa oficial se deu apenas no ano de 1936, o que, junto as demais obras do mesmo período, transmite a ideia de que houve algum evento de relevância para o atraso das publicações.

Algumas mudanças na administração do DNSP podem ter causado o atraso de publicações, portanto. O hiato temporal compreendido entre as ações e as publicações pode ter subsídio no fato de que o prestígio da política sanitária e dos sanitaristas foi elevado desde a criação do DNSP em 1919, à sua extinção em 1934, quando suas funções foram incorporadas à Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS), do então Ministério da Educação e Saúde (Decreto nº 24.438, 21 de junho de 1934).

Os fac-símiles abaixo destacados servem para ilustrar a materialidade do documento usado nesse trabalho numa comparação diacrônica como propõe Chatier (2011), e permite aos leitores, mesmo em um período bem distante de produção dos mesmos - que foram os anos de 1912 e 1936 - visualizar a partir desses pequenos recortes a situação geral dos modelos de relatório das distintas épocas. Apesar de terem sido produzidos por motivos diferentes, no primeiro caso (Figura 1) o foco do relato são as temperaturas e o clima local, e no segundo (Figura 2) a descrição nosográfica, ambos os recortes se referem ao flagelo causado pela seca e estão vinculados ao DNOCS.

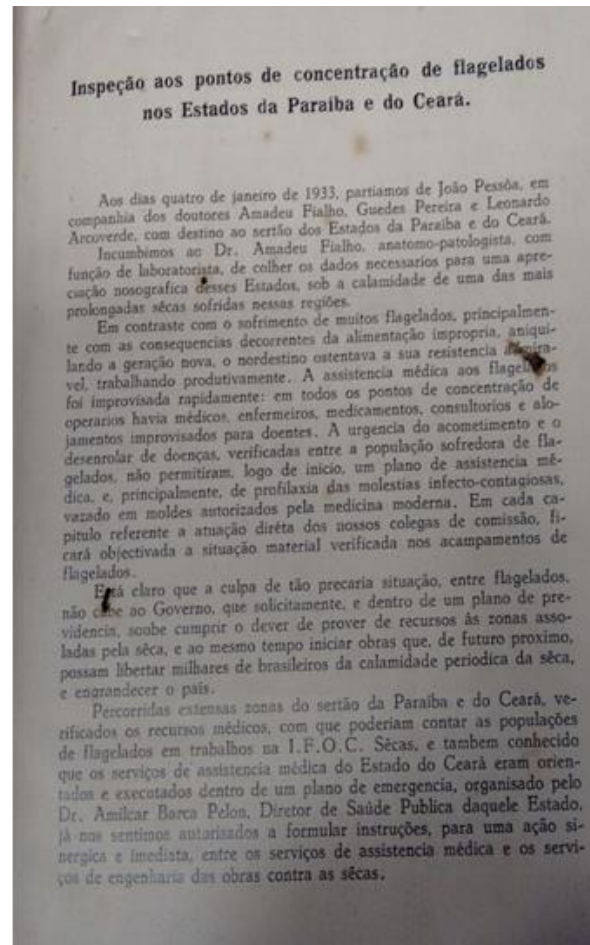
¹⁹ Relatório apresentado ao Exmo. Senhor Presidente da República pelo Interventor Roberto Carneiro de Mendonça, 22/09/31 a 05/09/34. Imprensa Oficial, 1936.

Figura 2 – Fac-símile nº2 – Fragmento do relatório da Expedição científica dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna (1912).



Fonte: Lacenf (2020).

Figura 3 – Fac-símile nº3 – Fragmento do relatório da Comissão de Profilaxia ao Nordeste do DNSP (1936).



Fonte: Costa (1936).

Na comparação diacrônica entre dois relatórios de saúde pública, não foi possível notabilizar alterações significativas de formato, mas sim de conteúdo. O Relatório Neiva e Penna descortinou para todo o meio médico científico e político de sua época uma situação de abandono dos sertões, com base em descrições socioantropológicas e sanitárias das suas populações, o que justificou a criação do primeiro serviço de saúde pública a ser implementado em todos os estados do país.

No segundo, há uma preocupação em descrever minuciosamente as condições socio-sanitárias das regiões visitadas sem, contudo, preocupar-se com uma descrição antropológica em que se privilegiam hábitos, costumes, linguagens e comportamentos, já amplamente explorados pelos antecessores “desbravadores” dos sertões, os médicos, Arthur Neiva e Belisário Penna. Preocupa-se, dessa forma, em avançar na descrição da organização administrativa das ações, dos planos de trabalho e das estatísticas e nosologias das enfermidades encontradas, caracterizando um avanço no que tange à forma e não ao formato.

Podemos destacar que uma característica dos materiais impressos encadernados, em especial em formato de livro, refere-se a apresentar estrutura física que permitem atravessar longos períodos, sem sofrerem danos significativos em sua estrutura e perpassar por gerações trazendo novos olhares e possibilidades de revisitar o passado, permitindo também, novas interpretações e horizontes a serem traçados na pesquisa histórica. Chartier (2014, p. 11) aponta ainda que a “materialidade do livro é inseparável da materialidade do texto”, mas chama a atenção para a “mobilidade” e “instabilidade” que pode ocorrer na obra quando muda sua linguagem, seu texto ou sua pontuação.

Ainda em relação à materialidade do documento, Chartier, em sua obra “Os desafios da escrita”, aponta que o texto não existe sem os amparos materiais, pois estes são seus veículos, ou seja, sua forma que permite a idealização dos seus significados. “O mesmo texto fixado em letras, não é o mesmo, caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação” (CHARTIER, 2002, p. 62). Indo ao encontro desse apontamento, cabe lembrar que o material usado como documento-objeto foi acessado de forma digitalizada. Podemos inferir que a prática de leitura dele na sua forma original pode trazer ao leitor impressões diferentes e vice-versa. No entanto, dados enviados pela bibliotecária sobre sua dimensão apontam se tratar de um livro compacto, o que facilita a leitura e manuseio já que a materialidade que emoldura o texto escrito cria possibilidades e limites no seu uso.

Alves (2019) destacou que, olhando para as capas de diferentes livros produzidos ao longo dos anos, é possível tirar conclusões sobre como a sociedade vê as obras específicas. Com o passar do tempo, as obras envolvidas passaram a ter certos elementos recorrentes na capa que refletiam o tempo e os aspectos da narrativa que melhor ilustravam o pensamento coletivo. Em seguida, o objetivo é observar como uma única narrativa produz diferentes soluções e entender melhor a relação entre a capa e o conteúdo do livro.

A título de ilustração, Chartier (1998) destaca os limites impostos pelo livro de rolo ao pressupor uma interação limitada do leitor pelo uso conjunto de suas mãos para mantê-lo aberto. Dessa forma, o leitor não era capaz de empreender-se em consulta a outros textos enquanto lia, ou mesmo, de realizar suas anotações. Ou lia ou anotava.

Nessa perspectiva a produção de sentido opera numa relação intrínseca entre as modalidades que governam a produção e circulação do texto impresso:

(...) que conjuga desde a escrita, a editoração, o grafismo e a censura, até as formas de apropriações por meio de práticas distintas de leitura que podem revelar-se como “desgovernadas” daquelas intencionadas pelos envolvidos no processo autoral

quando pensam em adequar a materialidade e estética das obras literárias às competências de seus potenciais leitores (PELLON, 2013, p. 28).

No caso do material estudado vale lembrar que foi escrito para a direção do DNSP. Ratificando ainda o exposto, Araújo (2019) aponta que a preocupação com as novas unidades dos livros na sua impressão visava no início do século XX a coerência tipográfica e facilitar a leitura, além disso, desejava-se como resultado eliminar as variantes introduzidas pelos copistas na idade média e assim publicar cópias fidedignas.

Diante disso, há de se considerar, para efeito deste estudo, que a construção das representações sobre a enfermagem implica em analisar como o formato, a estética, as imagens e os gráficos corroboram com o conteúdo textual, conferindo-lhe uma composição material necessária para disseminar uma visão de mundo por meio do registro de ações sanitárias, que pretende alcançar a comunidade de leitores com competência para decifrar os códigos contidos no seu interior, reconhecendo-a enquanto uma obra de referência para os assuntos de saúde pública.

6 FUNÇÃO AUTOR E AUTORIA MÉDICO-CIENTÍFICA

Os autores contemporâneos, entre eles Roland Barthes e Michel Foucault, já se ocuparam com o tema da autoria e estão entre as principais referências para os estudos da função autor. Chaves (2018), apoiado em Foucault, refere que a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização.

Ainda na perspectiva de Foucault (2001), a noção do autor constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e na história da filosofia e das ciências. O autor aponta que, quando se faz a história de um conceito, de um gênero literário ou de um tipo de filosofia, não se deixa de considerar tais unidades como escansões relativamente fracas, secundárias e sobrepostas em relação à primeira unidade, sólida e fundamental, que a do autor e da obra. Ainda considera que:

(...) a função autor: não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, várias posições de sujeito que classes diferentes de indivíduos podem vir ocupar (FOUCAULT, 2001, p. 280).

Pensar em como uma dada obra foi construída, é importante para a compreensão dos processos envolvidos na produção de sentidos e significados que produz em leitores singulares em momentos específicos (CHARTIER, 2012). Nessa visão investigativa do documento-objeto desse estudo, é possível inferir diversas questões relacionadas a essa materialidade, visto que o material estudado foi produzido em condições bem peculiares, na época e naquele momento, provavelmente dirigida a um grupo específico, como produto de trabalho da equipe que atuou naquela localidade. Hoje, o material pode ser analisado em uma nova perspectiva por leitores diferenciados tomando como índice para análise sua materialidade e estética.

A tarefa do historiador é a de reconstruir as variações que diferenciam os “espaços legíveis”, ou seja, os textos em suas formas discursivas e materiais, e a outra tarefa seria a de reconstruir as variações que governam as circunstâncias de sua “efetuação”, isto é, as leituras compreendidas como práticas completas e como procedimentos de interpretação (CHARTIER, 1999).

Ao se tratar de autoria podemos fazer uma correlação entre a história da autoria e a história da ciência, e assim repensar a função autor quando referimos a produção de textos científicos, podendo a autoria nem sempre ser atribuída a quem escreveu o texto. Isso é evidenciado ao se fazer a dissociação de duas figuras diferentes: autor e escritor. “Estas palavras tomam seu sentido moderno a partir do século XV. Tal dissociação está por trás do distanciamento moderno do ‘eu’ do autor, que o ficcionaliza, conferindo nas palavras de Chartier, realidade a uma ausência” (CHARTIER, 2012, p. 26).

Chartier (2014), ainda destaca que supostamente existe uma relação original e indestrutível entre a obra e seu autor, porém isso não é universal já que podemos inferir que se todo texto é escrito por alguém, nem todos os textos estão atribuídos a um único autor.

Com essas noções de autor podemos retomar a ideia de que a autoria tem por função delimitar, classificar e organizar o universo dos discursos. Quando se fala da história de um conceito, a função autor não é, na verdade, uma pura e simples reconstrução que se faz de segunda mão a partir de um texto dado como um material inerte. O texto sempre contém em si mesmo um certo número de signos que remetem ao autor, sendo esses signos bastante conhecidos. Entre eles, os pronomes pessoais, os advérbios de tempo e de lugar e a conjugação dos verbos.

Ao ser convidado a proferir uma palestra no ano de 2000 para a Sociedade Francesa de Filosofia, a mesma para a qual Foucault apresentou-se em 1970, Chartier se propõe a retomar célebre conferência ministrada há aproximadamente 30 anos pelo filósofo, retomando a pertinência de sua obra e apresentado seus limites. Ao iniciar a referida palestra, Foucault delimitou um espaço temporal entre o século XVII e XVIII, para estabelecer anonimato autoral nos textos científicos ao reservar um traço da censura unicamente às autoridades eclesiásticas (CHARTIER, 2012).

Chartier diz ter sido justamente neste período da reviravolta da Revolução Científica em que se estabelece uma ligação entre o reconhecimento de uma força de verdade e a presença de um nome próprio que lhe dê autoridade, retirando o autor do anonimato ao inscrever-lhe num regime de validação aristocrático, preservado o argumento proposto por Foucault de que a validação do discurso científico amparava-se no fato de que o autor deveria mostrar-se desinteressado, pois não deveria manter uma relação de propriedade com seus enunciados. O autor lembra ainda que é justamente aí onde reside o fato de se tratar da condição necessária para que a palavra do grande ou do príncipe fosse tomada como verdadeira, pois:

o desinteresse é a garantia de verdade do enunciado de saber [...] é a condição de credibilidade de seu valor de verdade e, assim, a função autor nestes textos está bem presente, mas se constrói com base em valores aristocráticos e não em valores de mercado (CHARTIER, 2012, p.53).

Retomando ao relatório usado como documento-objeto desse estudo, cabe trazer um pouco a carreira do autor/organizador do relatório, José Bonifácio da Costa, que teve destaque em estudo realizado por Brum (2013), onde é descrita sua biografia. Médico gaúcho tornou-se sanitarista no Rio de Janeiro e durante o período do Estado Novo é designado para comandar a área da saúde pública rio-grandense.

O estudo retrata a sua trajetória e permite examinar, desde aspectos sobre o ensino médico, a inserção de médicos em cargos governamentais, o movimento sanitarista até a radicalização centralizadora do Estado Novo varguista. Na conclusão do seu trabalho o autor destaca que mesmo após tantas homenagens e realizações, José Bonifácio da Costa não ficou na memória coletiva da população e que na realização da pesquisa teve dificuldades para fazer o seu nome vir à tona. O autor enfatiza que mesmo na esfera da administração pública seu nome sequer é lembrado e aparece muito pouco, inclusive na memória sanitária do país e do estado. Destaca ainda que pouco se sabe ou se escreveu sobre ele. E apesar de ter conduzido grandes serviços na esfera federal e estadual, seu nome não figura atualmente em ruas, avenidas, prédios públicos ou mesmo em instituições de saúde. Seu nome desapareceu da memória coletiva e mesmo da memória histórica, sendo que muitas vezes encontramos referências desencontradas sobre este personagem (BRUM, 2013).

Brum (2013) traz ainda aspectos relevantes da carreira profissional do autor e destaca no seu estudo a época que José Bonifácio Costa atuou na missão de 1932 e é designado para os serviços especiais na região do Nordeste, onde esteve como delegado dos Serviços Sanitários para organização de assistência aos flagelados em estados atingidos pela seca. Salienta que não localizou muitas informações que permitissem detalhar a missão ao Nordeste, e relata ainda que a missão parece ter sido bem-sucedida na condução dos serviços, pois anos após esta missão, o sanitarista “organizou, também, o Serviço de Prophylaxia da Malária nos estados da Bahia, Pernambuco e Parahyba” (BRUM, 2013, p. 120).

José Bonifácio da Costa foi um sanitarista dos quadros da saúde federal, que participou de inspetorias, missões e comissões médicas, acumulou ao longo dos anos, capital relacional através das redes de relações que o permitiram subir nos quadros institucionais. De um modo geral, a inserção deste nos espaços institucionais foi se fortalecendo com a construção das redes e vice-versa. Em relação às demais obras de José Bonifácio Costa, ele

escreveu diversos artigos em revistas médicas como “Archivos Brasileiros de Medicina e Cirurgia”, “Archivos de Higiene”, “Arquivos Rio-Grandenses de Medicina”, e “Revista de Combate à Lepra”, (BRUM, 2013, p. 266), discutindo temas como charlatanismo médico, lepra, organização sanitária, higiene e condições sanitárias. Participou de eventos diversos, da classe profissional, científicos, de temas político-sanitários, bem como congressos sobre doenças, sendo o principal destes eventos o Congresso dos Práticos²⁰ de 1927 (BRUM, 2013).

Notabiliza-se, portanto, José Bonifácio Costa, como um nome de destaque na área da saúde pública de sua época, que angariou prestígio no seu campo de atuação a ponto de ser designado como líder da comissão instituída para atuar nos sertões e, por consequência, organizador da obra que reporta as ações realizadas.

Com relação à autoria do documento-objeto o Dr. José Bonifácio da Costa, responsável pela missão, escreve a primeira parte sobre as orientações para atuação da comissão e impressão do estado sanitário dos operários da IFOCS, com fichas de cadastro, acompanhamento, plantas de edificações e atribuições dos profissionais nos Postos Sanitários. Não há veiculação de nenhuma imagem fotográfica nessa parte do documento. Sua redação ocupa as páginas 4 a 61.

Os demais médicos que figuram como autores do relatório da comissão foram: o Dr. Álvaro Garcia Rosa, Dr. Otávio de Oliveira e Dr. Amadeu Fialho. Em pesquisa na internet, no site Google e no Google Acadêmico com relação ao Dr. Álvaro Garcia, foram obtidos poucos resultados referentes à sua biografia, porém seu nome aparece em alguns trabalhos onde é possível fazer o cruzamento dos dados e identificar um pouco da sua carreira profissional, como no trabalho de Santos (2019), com o tema: “Estudos interdisciplinares sobre os sertões da Bahia”, onde o autor descreve a participação de 18 médicos e duas enfermeiras que viajaram para o Rio de Janeiro e exterior no ano de 1927 para formação na Capital Federal. Outro trabalho onde seu nome é citado é de Souza (2015), quando aborda um encontro que ocorreu em Salvador, no ano de 1946 para tratar de “Convênio para estudo dos problemas relacionados com o uso e comércio da maconha”, como membro da Cefe Baiana²¹.

²⁰ Evento que aconteceu entre os dias 30 de setembro e 07 de outubro de 1922, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tal evento reuniu médicos com larga experiência profissional e significativo reconhecimento público, que ocupavam cargos de direção na área da saúde pública. Sendo identificadas no evento três arenas de disputa entre médicos e outros profissionais que atuavam na área da saúde, dentre eles médicos vs. enfermeiras-visitadoras.

²¹ Ata da 2 Sessão do Convênio Interestadual da Maconha. Aos dezessete dias do mês de dezembro de mil novecentos e quarenta e seis, pelas nove horas, na sala da Diretoria do Departamento de Saúde, sob a presidência

Seu nome aparece também na Página 13 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 10 de julho de 1951, onde é conferido a Álvaro Garcia Rosa, ocupante do cargo em comissão, padrão CC-5, de Delegado Federal de Saúde da 6ª Região, com sede em Sito Salvador, Estado da Bahia, para requisitar pagamentos de pessoal e material, assim como adiantamento à conta das verbas distribuídas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados de Sergipe, da Bahia e do Ceará.

O relator ainda é citado por Samarone (2020), no texto “A Pandemia de Gripe Espanhola em Sergipe – 1918”. Segundo o autor:

A entidade comercial contratou os serviços clínicos do Dr. Álvaro Teles de Menezes e atendeu a um total de 795 doentes. O Posto de Santo Antônio atendeu 1.200 doentes e ficou sob a responsabilidade do padre Abílio Mendes, de Garcia Rosa e Silvério Fontes e os serviços clínicos entregues à farmacêutica Cesartina Regis (SAMARONE, 2020, p.2).

Na referida matéria, o autor traz uma discussão sobre o ciclo das grandes epidemias em Sergipe e como a saúde pública, no período, já estava mudando as suas preocupações, começando a priorizar as endemias rurais, principalmente aquelas que atingiam a força de trabalho.

Com as buscas foi possível identificar que Garcia Rosa já havia participado da organização de ações de saúde pública antes de ir para missão de 1932 e que posteriormente ele continuou ocupando cargos de destaque na referida área, sendo seu nome lembrado nesta matéria de 2020 por atuar no serviço de socorro às vítimas da gripe espanhola. Na redação do relatório da missão aqui estudada, Dr. Álvaro Garcia, descreve sua atuação direta nos pontos de concentração dos flagelados e a apreciação dos serviços de assistência médica nos açudes de Condado na Paraíba do Norte e no Estado Ceará. A parte textual ocupa as páginas 62 a 127 e contém 17 imagens nessa parte do relatório da comissão.

Outro membro que compôs a equipe da missão foi o Dr. Otávio de Oliveira (Octávio de Oliveira Pinto), Membro Titular da Academia Nacional de Medicina (ANM), Seção de Cirurgia, Cadeira n.67. Nasceu em 22 de maio de 1885 e formou-se em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1907. Foi um cirurgião e obstetra de renome. Durante o período em que esteve na ANM exerceu os cargos de 2º Secretário e de 1º Secretário. Participou e discursou na “Oficina Sanitária Pan-americana” em nome da

do Doutor Eleyson Cardoso, representante do Presidente da Comissão Nacional e delegado do Estado de Pernambuco. Em reunião na qual estava presente Álvaro Garcia Rosa, membro da Comissão Estadual da Bahia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 1958).

Academia Nacional de Medicina no ano de 1930. Publicou vários trabalhos de sua especialidade, dentre estes “Sobre a prenhes tubária abortiva” (1923), “Sobre um caso de tumor no pâncreas” (1923), “Dificuldades diagnósticas em certas apendicites” (1924), “Placenta previa e operação cesariana transperitoneal” (1925), “Sobre adenoma maligno do reto” (1925), “Radioterapia nas hemorragias uterinas” (1926), “Tratamento da osteo-mielite na infância” (1928), “Aborto terapêutico” (1933). Faleceu aos 55 anos, em 14 de fevereiro de 1940, no Rio de Janeiro (ANM, 2020).

Na redação do seu relatório na missão, Dr. Otávio de Oliveira, inicia com uma sequência de doze imagens e perfaz um total de 43 imagens no seu relatório. Faz os apontamentos referentes à atuação nos pontos de concentração dos operários da IFOCS no Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e inspeções feitas em outros pontos do mesmo estado. Ocupa as páginas 128 a 259 do relatório da comissão.

O quarto médico que participou da missão e foi colaborador na escrita do relatório foi o Dr. Amadeu Fialho, Membro Titular da Secção de Ciências Aplicadas à Medicina. Patrono da Cadeira número 88, eleito em 16/06/1943 - nasceu na cidade do Rio de Janeiro, fez Faculdade de Odontologia, mas não exerceu essa profissão. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde se graduou em 1918. Adquiriu enorme experiência em autópsias, tornando-se primoroso técnico e conhecedor da Histologia e Embriologia. Fez o curso de Manguinhos, do Instituto Oswaldo Cruz, por meio de solicitação pessoal a Oswaldo Cruz. Em 1921, inscreveu-se em concurso na Saúde Pública, para Assistente de Fiscalização da Medicina. Foi aprovado em segundo lugar e nomeado para o cargo, em 1922. Tornou-se Catedrático de Anatomia e Fisiologia Patológica, em 1925, na Escola de Medicina, tendo sido ainda na Escola de Medicina e Cirurgia, Vice-Diretor da instituição, e Livre-docente da Faculdade em 1939. Fez o concurso para a Cátedra de Anatomia e Fisiologia Patológica da Faculdade de Medicina da então Universidade do Brasil (ANM, 2020).

Publicou numerosos trabalhos, difundindo a necessidade da Anatomia Patológica no Rio de Janeiro, como o livro “Localizações pulmonares da micose de Lutz: anatomia patológica e patogenia” (1946). Outras publicações que se destacam são: “Um caso de hidrocefalia” (1915), “Diagnóstico anátomo-patológico da febre amarela” (1928), “Estudo sobre a peste bubônica no Ceará” (1935), “Estudos sobre a espiroquetose ictero-hemorrágica no Rio de Janeiro” (1936), “Estudos sobre a nosologia do nordeste brasileiro” (1936) e “Sistema linfático e câncer” (1942) (ANM, 2020).

Na missão teve importante participação na descrição e estudo dos aspectos nosológicos encontrados na região do Nordeste. Como observamos na trajetória acadêmica e profissional dele, ele se tornou um renomado patologista e seu nome é lembrado na cadeira de medicina por seus diversos estudos e publicações na área. Entre elas, os “Estudos sobre a nosologia do nordeste brasileiro” (1936), feito durante a missão que se tornou objeto desse trabalho. Dr. Amadeu Fialho faz as impressões nosológicas durante a missão, no que diz respeito às consequências gerais do flagelo da seca, merecendo destaque fotografias de cortes histológicos e de portadores de enfermidades endêmicas, tais como: tracoma, distrofia farinácea, decomposição alimentar, tifo e disenteria, utilizando um total de oito imagens. Ocupa as páginas 260 a 282 do relatório da comissão.

Os relatores do documento-objeto foram médicos que como tantos outros trabalhavam para o Estado em um período de expansão da assistência da saúde pública, quando a preocupação com as endemias rurais já mobilizava o avanço das instituições de saúde para os recônditos do país. Dessa forma, atuaram como membros de uma equipe que alcançou prestígio naquela época, o que se pode verificar pela demarcação da função autor que liga os textos à identidade profissional que vinham construindo e demarcando por meio da vinculação de suas publicações científicas às suas áreas de interesse.

Dominichi Sá (2006) aponta em seu estudo, que no começo do século XX os médicos começam a buscar se diferenciar por especializações e a afirmação do cientista como categoria profissional, sendo essa uma tendência contemporânea de revisão da história da atividade científica no Brasil, com destaque para as campanhas voltadas para a valorização da ciência. No caso dos relatores do documento, ao participarem de uma publicação do DNSP, significa que receberam uma chancela de credibilidade do órgão para a publicação dos resultados do trabalho desenvolvido no meio médico-científico nacional projetando-se para uma carreira de reconhecimento entre seus pares em sua época. Cabe aqui também retomar as ideias de Chartier (2012) quando aborda a questão do anonimato literário e posteriormente a importância da assinatura dos textos científicos, sendo o nome do autor transformado em uma marca que em determinados casos pode ser famosa, vendável e cobiçada.

Nesse contexto, os relatores do documento-objeto entraram para a história da ciência quando buscaram imprimir na redação do material o seu nome, enquanto marca de uma época e de uma área de interesse e domínio, demarcando assim uma vinculação a um campo de conhecimento científico específico, seja na organização dos serviços, das diretrizes, no estudo das patologias clínicas, na saúde do trabalhador, nas atividades de campo, dentre outros. O

histórico de trabalhos já desempenhados em alguns estados da região Nordeste, também, ligava os nomes a uma trajetória de autoridade teórica e prática de enunciar sobre os sertões e os sertanejos. Nesse sentido, o material aqui estudado enquanto um livro com suas propriedades e materialidade, carregada de expressões simbólicas idealizadas pelos autores, pode produzir no imaginário de quem se apropria da obra diversos significados e ganha várias dimensões possíveis de serem observados enquanto discurso histórico.

Dessa forma, a função autor manifestada no conjunto dos elementos arquetípicos de autoria de um relatório que guarda sentidos para a administração pública, mas também, para a ciência de sua época, corrobora para descortinar como as representações sobre a enfermagem elaboradas pelos médicos da comissão apontam para uma visão de mundo sobre a profissão a ser lida e creditada como modelar pelas instituições e agentes sociais e institucionais.

7 A SECA E OS ESPAÇOS ASSISTENCIAIS

7.1 A seca, o flagelo e a ameaça ao espaço urbano

Os estudos acadêmicos que abordam a seca como fenômeno histórico, social, climático, ambiental e político têm se debruçado, em alguns casos, sobre o fenômeno dos campos de concentração, que tiveram sua experiência embrionária em 1915, sua ampliação na seca de 1932 e seu término em 1934.

Neste sentido, nesta seção iremos abordar os campos de concentração como uma das estratégias mobilizadas para enfrentamento do período de duas grandes secas, em especial no ano de 1932, lugares esses criados para abrigar o grande número de pessoas que se deslocavam dos interiores em direção aos centros urbanos em busca de alimento e abrigo. Serão articulados textos de diferentes autores que mostram a sua visão desse período e o relatório de serviço dos profissionais do DNSP que foi usado como base para esse estudo.

Assim, será possível observar as diferentes perspectivas para quem esteve presente vivenciando a situação e os diferentes olhares de quem escreve sobre algo, de acordo com a sua própria experiência pessoal, significando e ressignificando o mesmo fato histórico com diferentes possibilidades de interpretação e análise. Na perspectiva assistencial, serão abordados outros espaços e ações estruturadas ao longo dos anos como medidas para auxiliar no combate à seca e na assistência no semiárido nordestino.

A seca é uma questão que atinge o Nordeste brasileiro há muito tempo e já tem sido objeto de diversos estudos e debates. A seca de 1877, durou três anos e resultou na morte de centenas de milhares de nordestinos, sendo feitas, a partir de então, várias tentativas de controle e solução da situação, desde pequenas intervenções propostas por leigos, passando por questões políticas e soluções mais elaboradas. Alguns exemplos são: tentativa de adaptação de camelos ao semiárido; explosão de rochas cristalinas para armazenamento de águas; investimentos no processo de previsão de secas; política de açudagem e irrigação; transposição do rio São Francisco (CAMPOS; STURDART, 2001).

Travassos, Souza e Silva (2013), ao estudarem as políticas públicas realizadas pelo Estado Nacional Brasileiro no combate à seca e a desertificação, procuram demonstrar a diversidade de situações e as implicações do estudo de acordo com os vários planos e medidas de combate às secas, assim como o uso político e desigual do erário público na mitigação desses problemas. Os autores destacam que as políticas públicas têm sido criadas como

resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área em curto, médio ou longo prazo. Sua construção deve obedecer a um conjunto de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes bem definidas. Entretanto, numa sociedade de conflitos e interesses de classe, elas são o resultado do jogo de poder determinado por leis, normas, métodos e conteúdo que são produzidos pela interação de agentes de pressão que disputam o Estado. Estes agentes são os políticos, os partidos políticos, os empresários, os sindicatos, as organizações sociais e civis.

No que se refere às obras públicas, a atenção governamental se concentrou na questão das secas, na área compreendida pela atual região Nordeste. Houve a instituição de novos órgãos e a realização de maiores investimentos, especialmente após a seca ocorrida em 1900 no Ceará. Nesse ano, o decreto n. 3.818, de 24 de outubro, concedeu créditos para socorrer a região, que foram direcionados para a continuidade dos trabalhos de irrigação e conservação de obras, empreendidos pela Comissão de Açudes e Irrigação de Quixadá, instalada no final do século XIX, e para resolução dos problemas provenientes da migração da população, que fugia das secas em busca de melhores condições de vida em outras cidades e estados. Em 1904, foi instituída a Comissão de Estudos e Construção de Obras contra os Efeitos da Seca do Rio Grande do Norte, responsável pela edificação de açudes e poços e construção da Estrada de Ferro do Ceará-Mirim. Para ampliar a atuação, em 1906, foi criada a Superintendência dos Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca, pela decisão n. 14, de 7 de maio, destinada à realização de serviços de açudagem e perfuração de poços nos estados onde se fizessem necessários (CAMARGO e PESSOA, 2017).

Conforme descreve Andrade (1970, apud CAMPOS, 2014), as políticas de secas foram divididas em quatro fases. A fase humanitária foi a primeira, que se refere à comiserção às vítimas das secas. A fase da intervenção, também denominada fase hidráulica, se inicia com a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1909. Nessa fase, foram construídos açudes e sistematização da rede de dados meteorológicos e hidrológicos. A fase de diferenciação, que por sua vez, inicia com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1951. E por fim, a fase de desenvolvimento regional, a qual tem como marco o Seminário para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste, realizado em Garanhuns (PE), de 26 de abril a 3 de maio de 1959.

Como já citado, as secas que atingem o semiárido nordestino até os dias atuais são inúmeras e sempre com o viés desastroso principalmente para as camadas populacionais

menos abastadas. Sua perpetuação tem sido assunto de outros tantos debates, fóruns, livros, campanhas políticas etc.

Ano após ano, governo a governo, atribuiu-se a seca como o maior elemento limitante ao desenvolvimento da região nordestina. As políticas de combate às secas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, ainda não foram capazes de reproduzir os resultados esperados desde a sua implantação. Travassos, Souza e Silva (2013) argumentam que algumas das principais causas para esta questão, devem-se aos conflitos de interesses e as formas de enxergar o fenômeno das secas no semiárido nordestino, sobretudo, o conjunto de relações sociais estabelecidas durante séculos, onde tem dominado o baixo dinamismo econômico e social, devido a presença de um modelo político anacrônico e excludente com forte relevância de conchavos políticos, como forma de perpetuação do/no poder das oligarquias locais.

Ainda em relação as políticas públicas, Campos (2014) destaca a construção da infraestrutura hidráulica para reduzir as vulnerabilidades hidrológicas regionais, que iniciou no tempo do império com a construção do açude Cedro e foi realmente implementada após a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas durante o século XX. Atualmente, a transposição do rio São Francisco constitui-se na obra mais importante dessa infraestrutura.

Em 1915, o semiárido nordestino novamente era assolado pela seca e, dessa vez, se tornou cenário histórico na literatura de Rachel de Queiroz²² na obra “O Quinze”, que até os dias atuais remonta parte da história do nordeste. O livro registra o drama das famílias entre a história da burguesia e do flagelado. “Ceição convence Mãe Nácia a partirem. Vicente quer ficar, salvar o gado. Dona Maroca manda soltar o gado. Chico Bento vende as reses e parte com a família. Chegará à Amazônia? Não consegue as passagens e vai indo a pé. Um retirante em meio à seca. A fome e o cangaço”. Esse inovador e premiado romance, também retratou os flagelados da seca que ameaçaram as elites da cidade de Fortaleza, que naquele momento estava se estruturando arquitetonicamente com base nas ideias francesas difundidas pela *Belle Époque*, registrando ainda o isolamento através do Campo de Concentração, um espaço construído para abrigar os flagelados e impedir ou minimizar a chegada deles ao centro da cidade (QUEIROZ, 2012, p.10).

²² Rachel de Queiroz nasceu em 17 de novembro de 1910, em Fortaleza, Ceará. Ainda não havia completado 20 anos, em 1930, quando publicou “O Quinze”, seu primeiro romance. Mas tal era a força de seu talento, que o livro despertou imediata atenção da crítica. Dez anos depois, publicou João Miguel, ao qual se seguiram: “Caminho de pedras” (1937), “As três Marias” (1939), “Dôra, Doralina” (1975) e não parou mais. Em 1992, publicou o romance “Memorial de Maria Moura”, um grande sucesso editorial. Rachel dedicou-se ao jornalismo, atividade que sempre exerceu paralelamente à sua produção literária. Primeira escritora a integrar a Academia Brasileira de Letras (1977), Rachel de Queiroz faleceu no Rio de Janeiro, aos 92 anos, em 4 de novembro de 2003.

Segundo Neves (2005), esse período que Fortaleza passava de grandes mudanças urbanas com a chegada dos retirantes à cidade, constitui-se em um novo modelo relacional entre diversas estruturas: da cidade com o campo, das autoridades governamentais com os desabrigados/refugiados, dos cristãos caridosos com os desvalidos mendicantes, dos sanitaristas com as epidemias, da polícia com os criminosos e prostitutas, do Estado com a classe trabalhadora. As mudanças e transformações pelas quais a cidade de Fortaleza passava, eram orientadas por um agudo censo estético de seus governantes e de suas elites econômicas e culturais, a cidade, segundo seus principais cronistas, "aformoseava-se". Essas mudanças nas praças e ruas pretendiam corresponder a uma "Paris tropical". Os planos e projetos do engenheiro-arquiteto Adolfo Herbster pareciam materializar esses anseios de ver a cidade modernizada.

A situação sanitária da região nordeste já havia sido abordada no relatório dos médicos sanitaristas Belizário Penna e Arthur Neiva em exposição pelos sertões do Brasil. Eles apontaram as péssimas condições médicas, sanitárias e sociais da população dos interiores e vários tipos de doenças infecciosas que predominavam nesses locais. Foi a partir da publicação do relatório Neiva e Penna que se tornou possível a todo país tomar ciência das péssimas condições da população do Nordeste e os sanitaristas se tornaram incansáveis na luta como propagandistas pelo saneamento do Brasil (AZEVEDO, 2016).

Azevedo (2016), aponta que o relatório da expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna ao nordeste e centro-oeste do Brasil mostrou uma situação de penúria e abandono das populações do sertão e promoveu uma nova forma de interpretação da realidade nacional. A ideia de que o brasileiro não trabalhava e não era produtivo caiu por terra pela descoberta de que o homem do sertão, na verdade, estava doente. A doença era um obstáculo ao progresso e à tão almejada "civilização", e seria a consequência do abandono por parte do poder público. Neiva e Penna, ao publicarem o relatório em 1916, mostraram um sertão distante não apenas geograficamente, mas social e culturalmente, com uma população que não estava inserida num projeto de nação e que não se reconhecia como brasileiro: trechos do relatório de Neiva e Penna descrevem que: "raro é o indivíduo que sabe o que é o Brasil. Piauí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados".

As questões ligadas ao abastecimento de água em Fortaleza foram um problema recorrente de décadas e estiveram presentes nas discussões públicas e organizacionais anteriores ao século XX, sendo a cidade abastecida com o precioso líquido através de cacimbas escavadas nos quintais e elevadas por moinhos a rodarem dia e noite. O serviço

estruturado de água e esgoto só foi efetivado no ano de 1926, no governo de Des. José Moreira da Rocha. Sendo que antes disso, alguns projetos como o do engenheiro João Felipe Pereira foram iniciados, mas sem efetivação e continuidade (GARCIA, 2011).

Segundo Rios (2006) no ano de 1931 o inverno já havia trazido poucas chuvas, a partir de janeiro do ano seguinte a chuva já era esperada com grande expectativa e ansiedade por parte dos sertanejos que sabiam que, se não chovesse a vida deles seria bem complicada. Logo no início do ano, com o prenúncio da grande seca, alguns retirantes já começaram a se deslocar em direção a Fortaleza enquanto outros aguardavam com devoção o dia 19 de março que é dia de São José, como última esperança para a chegada do inverno²³.

Rios (2006) destaca que como a chuva não veio no final de março, muitos retirantes já estavam caminhando nas estradas empoeiradas do sertão com seus filhos e alguns pertences pessoais em busca das grandes cidades. Eles iam se ajuntando em bando pelo caminho e formaram os chamados grupos de flagelados que começam a passar fome pela caminhada e como tentativa de arrefecer a fome, roubavam e matavam animais das grandes fazendas, movimento que começou a ser noticiado nos jornais da capital. Entre estes estavam o Jornal “O Povo e o Nordeste”, que retratavam como os retirantes chegavam entulhados nos trens à capital do Ceará, Fortaleza, e como seus comboios armados de cacetes e ferramentas assaltavam trens em busca de saciar a fome, tornando-se as estações ferroviárias lugares de grandes tensões entre policiais e retirantes.

Marcou ainda o momento, a manipulação por parte da burguesia para conseguir verba do Governo Federal com a premissa que seria para a melhoria da estrada ferroviária e que isso melhoraria a exportação, facilitaria o comércio de algodão e fumo. Só que além dessas melhorias, aumentou o deslocamento de flagelados para Fortaleza pelas referidas ferrovias havia a preocupação da burguesia com a chegada dos flagelados, que muitas vezes se mostravam como uma ameaça às elites, por conta do aumento dos roubos e saques nos grandes centros. Os ricos pediam providência às autoridades para conter a circulação dos flagelados no espaço urbano usando, no entanto, o discurso de preocupação com o socorro à classe de retirantes famintos. Incrementa-se, a partir daí a relação da burguesia com os pobres através do apadrinhamento, onde a caridade e assistência social era o mais indicado para controlar a multidão de famintos (RIOS, 2006).

²³ Muitos sertanejos são devotos de São José, padroeiro do Ceará. O dia de São José apresenta-se como anunciador de um bom inverno ou de uma seca: se chover nesse dia é sinal de inverno, se não chover, muitos sertanejos começam a abandonar o sertão.

O discurso de classe pretendia mostrar preocupação com essa classe e não apenas o isolamento em locais de grandes aglomerações. Os projetos eram para enfrentar o problema dos retirantes de forma a garantir o controle e disciplinamento dessa população em Campos de Concentração, tratando-os de forma humanitária e civilizada, uma das ideias do poder público para salvar a cidade dos flagelados. Em meio a essas polêmicas, foram criados sete Campos de Concentração ao todo no estado do Ceará (Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza), que foram erguidos de forma estratégica para impedir a chegada dos retirantes no centro de Fortaleza. A proposta era que nesses locais eles receberiam do governo comida e assistência médica, porém dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do campo (RIOS, 2006).

Almeida (2013) aponta que as transformações na cidade de Fortaleza na década de 30, em termos mais amplos, refletem uma disputa pelo poder de classes sociais, em meio a um emaranhado de conflitos de interesses. É possível destacar que os retirantes e a população pobre de maneira geral construíram as favelas, não porque gostassem de habitar espaços miseráveis, sem urbanização, saneamento básico etc. Basicamente, não se tratava do que eles queriam e sonhavam para eles e suas famílias, mas o pequeno campo de possibilidade concreto que era proporcionado para eles. Por isso a construção do centro de Fortaleza em 1933 foi coletiva, já que utilizou a mão de obra barata dos retirantes, porém a apropriação foi privada, pois não foi dado o direito aos trabalhadores de habitarem os locais mais saneados, chamados pelas classes abastadas de espaços “modernos”. Ficou assim essa classe mais restrita a periferia.

O autor reforça a ideia de que a seca de 1932 contribuiu para que a cidade de Fortaleza se tornasse mais habitada, porém, as pessoas que passaram a morar na cidade (retirantes) eram enxergadas pelas classes abastadas de maneira paradoxal. Por um lado, representavam vandalismo, rebeldia, costumes inapropriados, quebra da ordem vigente, por outro, significavam a mão de obra barata para implantação do projeto de modernidade e consolidação do capitalismo desejado pela classe dominante. Portanto, a cidade vai ser construída, ou melhor, reconstruída na seca de 1932 a partir dos conflitos sociais entre os setores capitalistas, o governo e os retirantes, que representavam lucro e marginalização. Nesse sentido, a seca foi um elemento importante para a remodelação do espaço urbano de Fortaleza, especialmente, o centro (ALMEIDA, 2013).

Em meio as questões climáticas que marcaram o início da década de 30, também ocorreram as transformações nos serviços públicos de saúde do estado do Ceará, advindas do

projeto de uniformização sanitária nacional conduzida pelo Governo Provisório (1930-1934) do então presidente Getúlio Vargas. Essas causaram várias interferências nas políticas locais ao serem implantadas por meio de intervenção direta do poder central do Estado. A política social da era Vargas começava a ser delineada de forma centralizada, contrapondo-se aos interesses privados regionais, porém a bandeira do saneamento deveria ser incorporada e reelaborada no projeto político-ideológico do governo sem romper com o que já havia sido alcançado em termos de realizações na área da saúde pública (FONSECA, 2007).

Neves (2001), ao abordar a seca no período Vargas, destaca a política “paternalista” na qual foi construída a figura de um mito “pai dos pobres” combinando com o modelo oriundo do liberalismo, especialmente nas relações econômicas. Um novo relacionamento entre retirantes, governantes e habitantes das cidades se tornava o centro de uma série de atitudes com relação aos chamados miseráveis, que passavam por um momento de grande escassez, sendo então atribuída uma legitimidade social às ações coletivas que as multidões de retirantes já começavam a empreender. Foi nesse contexto que foram criados os campos de concentração. O autor destaca, ainda, que esses espaços pretendiam exercer o controle sobre a imensa quantidade de retirantes que afluíam para a cidade impedindo sua mobilidade física e política, com a concessão de rações diárias e de assistência médica.

Pellon (2013) refere que, dentre as estratégias para o enfrentamento da seca, interpunham-se à população basicamente três opções de auxílio, diante das medidas propostas para solucionar a questão climatológica: cabia a população aderir aos campos de concentração, aderir às frentes de trabalho que eram poucas e não supriam as necessidades dos retirantes ou aderir às tropas de voluntários para combater na Revolução de 1930. Em seu relatório de serviço referente ao ano de 1932, o sanitarista fluminense Amílcar Barca Pellon²⁴, diretor do serviço Sanitário do Estado do Ceará (SSE), destaca que mesmo com o apoio do interventor federal para as realizações no campo da saúde pública, ele esbarrava com resistências administrativas para que as verbas fossem liberadas e as medidas propostas pudessem ter andamento.

Nessa mesma perspectiva, Garcia (2011) destaca que durante os anos de 1930-1935, alguns fatos marcaram e influíram para as principais mudanças da saúde pública em Fortaleza. Entre as mudanças ocorridas nesse período cabe destacar a junção do setor de Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural a Diretoria de Saúde Pública mediante a aprovação

²⁴ Amílcar Barca Pellon, sanitarista fluminense, tomou posse como diretor do SSE a convite do Major Juarez Távora e do Interventor Federal Carneiro de Mendonça. Pellon fazia parte da equipe que atuou durante a década de 1920 nos Serviços de Profilaxia Rural.

do decreto n.78 de 5 de janeiro de 1931, pelo Interventor Carneiro de Mendonça. É importante também mencionar que essas modificações foram gradativas e alguns dos cargos e serviços desse departamento foram extintos e substituídos por outros. Outro fato, foram as reformas implantadas pelo Diretor de Saúde Pública, o sanitarista Amilcar Barca Pellon, com a fundação do Centro de Saúde em Fortaleza no ano de 1933, e o Primeiro Congresso Médico Cearense em 1935. A reforma Pellon ficou marcada pelo “sistema de divisão distrital”, em que as cidades e municípios do Ceará foram divididos em distritos sanitários e, apesar dessa distribuição, tiveram uma administração central. Foi criado também um sistema de vigilância epidemiológica, um sistema permanente de vacinação contra varíola, difteria e tifo-difteria e um serviço de inspeção médico-escolar (GARCIA, 2011).

Uma das primeiras iniciativas levadas a cabo por Pellon para suprir a deficiência de pessoal de enfermagem diante da ausência de instituições formadoras no estado, ficou consignada na criação do Curso de Visitadoras Sanitárias, recrutadas entre moças da elite da sociedade cearense. O nome dessas visitadoras constou nas estatísticas oficiais do estado do Ceará, oscilando em 16 a 27 agentes até o ano de 1944, quando começaram a serem formadas as primeiras enfermeiras pelo Curso de Emergência da Escola São Vicente de Paulo, a primeira da região nordeste a ser equiparada aos padrões da Escola de Enfermagem Anna Nery em 1946, pela promulgação do Decreto-Lei nº 21.885 de 26 de setembro (JOORIS; PELLON; AMORIM, 2016).

7.2 A comissão Médica do DNSP e os Espaços de Assistência Sanitária

A Comissão Médica de Assistência e Profilaxia dos Flagelados do Nordeste passou por diversos pontos de trabalho e de grandes aglomerações no período de 23/07/1932 a 18/05/1933, onde foram feitas várias intervenções desde orientações sobre hábitos de higiene, aplicação de vacinas e distribuição de medicamentos, até instauração de diversos postos de cuidados e assistência médica.

A comissão foi posta a disposição do Ministério da Aviação e Obras Públicas a pedido do Ministro Dr. José Américo de Almeida e pelo Ministro da Educação e Saúde, Dr. Washington Pires. A comissão partiu do Rio de Janeiro em direção a Cabedelo pelo Vapor Araçatuba, no dia 23 de dezembro de 1932. Os mesmos, ao chegar à Bahia, receberam um telegrama do diretor Geral do DNSP para entendimento direto com o Diretor do IFOCS, a fim

de atender às recomendações de atendimento preferencial aos postos de concentrações de operários dessa repartição.

Após entendimento com as autoridades do IFOCS ficou decidido a partida de dois médicos e 9 enfermeiras para os Açudes de Condado, Pilões, Piranhas e S. Gonçalo. Respectivamente, os profissionais foram: Dr. Álvaro Garcia Rosa com as enfermeiras Margarida de Passos Rosa, Maria Adelaide Wite e Carmen Gonçalves e o Dr. Otávio de Oliveira, acompanhado das enfermeiras: Almira Pessôa de Melo, Iracema dos Guaranis Melo, Nadir Coutinho, Izaura Barboza Lima, Araci Neves e Haidê Gonzales. As demais enfermeiras: Cecy Clausen Lins (enfermeira chefe), Maria Lima Torres, Hecilia Roque Fernandes, Isabel de Souza Bonfim, Safira Gomes Pereira e Zilda da Cunha Bastos, seguiram para Fortaleza e, posteriormente, para outros campos de operários. Berila Pinto de Carvalho foi para o Açude Soledade, para orientar a vacinação anti-tífica pelo fato de haver casos de febre tifóide entre os operários (COSTA, 1936).

A comissão começou a destacar as condições que foram encontrando os locais pelos quais percorreram. Ao chegar a Paraíba do Norte, verificaram as condições sanitárias dos flagelados naquela região, onde destacaram os gêneros caros, as atividades hesitantes e a população a comentar as condições meteorológicas, além de ressaltar que de minuto a minuto surgiam mais andrajosos debilitados pela escassez local. Quando foram adentrando pelo interior da Paraíba e depois para Rio Grande do Norte e Ceará, puderam observar mais de perto o grande drama da seca (COSTA, 1936).

A comissão passou também pela cidade de Pilões, onde encontraram prédios de construção regular com feições de ruas em uma parte do acampamento no qual consideravam haver um relativo asseio, o que não puderam considerar da parte onde havia as choupanas dos operários, onde o lixo era jogado a ermo, o matagal crescia livremente e as necessidades fisiológicas eram liberalmente satisfeitas. Na parte central do acampamento em condições relativamente confortáveis, ficavam as residências da administração, o hospital e a Rua Fogosa, os quais tinham energia elétrica até às 22h. Na população de Pilões, a comissão deparou-se com 3.073 pessoas, das quais havia cerca de 728 crianças em idade escolar, que não estavam sendo alfabetizadas pela ausência de escola na localidade. O relatório da comissão descreve que o encarregado da construção, Sr. Sebastião de Abreu, tentava corrigir essa lacuna procurando entendimento com o inspetor regional da instrução pública, para estabelecer aulas para a “criançada”, mas era um projeto ainda em andamento (COSTA, 1936).

A comissão recebeu instrução da chefia para que pudessem estender suas ações a outros açudes dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, além dos já estabelecidos anteriormente em Piranhas, São Gonçalo e Pilões. A comissão partiu para Santa Cruz chegando à barragem em construção de Inharé, onde foram verificadas as condições sanitárias do acampamento pela equipe do DNSP, que já tinha observado grande número de casos de febre tifóide e de registros de óbitos. Estreito, bairro do município de Icó, foi outra localidade que teve suas condições locais e estado sanitário avaliados pela comissão. Lá também foram identificadas construções irregulares, aglomerações nas proximidades de construção do açude de Estreito e diversos casos de tifo e disenteria que eram assistidos pela equipe.

A comissão relatou ter passado por diversos açudes e construções de barragens no Rio Grande do Norte, no estado da Paraíba do Norte e no Ceará, onde avaliaram o estado sanitário das localidades e identificaram a prevalência de diversas doenças entre elas, a disenteria, a febre tifóide, o sarampo, entre outras. Foi identificada também a falta de medicamentos e postos de atendimento médico insuficientes. Em relação às condições gerais das localidades foi pontuada a falta de fossas sépticas, o que favorecia os dejetos em locais abertos e em valetas, proporcionando grande número de moscas, com consequentes contaminações de gêneros alimentícios e aumento de transmissões de doenças.

A experiência da comissão resultou na elaboração de várias instruções de saúde que foram reproduzidas e direcionadas ao Diretor Geral do Departamento da IFOCS para que fossem implementadas em seu regulamento. Merece destaque nestas instruções a impossibilidade de dissociar a medicina preventiva da curativa, sendo muitas vezes necessária a medicina curativa atuando no individual e a preventiva para evitar que o mal se propagasse pela coletividade.

A comissão de saúde contava com o apoio do diretor geral de Saúde Pública do estado do Ceará Dr. Amilcar Barca Pellon, o qual já havia instituído algumas orientações gerais para o funcionamento da assistência à saúde aos operários da IFOCS e às populações concentradas que contavam com: dezoito postos sanitários, quatro hospitais regionais e cinco residências sanitárias localizadas nos campos de concentração, além das unidades centrais de direção; contabilidade, farmácia, almoxarifado e expedição, além de oitenta leitos diários destinados as crianças flageladas. Em janeiro de 1932, a equipe da comissão recebeu material para o laboratório bacteriológico que atendia aos exames solicitados pela equipe do IFOCS e da cidade de Fortaleza, em fevereiro o laboratório iniciou a produção de vacinas (COSTA, 1936).

Ainda a respeito desse período e dos Campos de Concentração, Rios (2006), destaca que milhares de retirantes ficaram “encurralados” nesses locais, onde muitos morreram de fome e por diversas doenças. Foi registrado no Campo de Ipu, entre abril de 1932 e março de 1933 mais de mil mortos. Na concepção dos cidadãos de Fortaleza os retirantes estavam melhores que nas ruas, pois estariam em lugar digno onde eram alimentados, higienizados e tratados com relativo “carinho”. Após um mês de funcionamento, o número de sertanejos nos campos começava a preocupar as autoridades. Segundo dados oficiais (Cf. O Povo, 30/06/1932) os números eram os seguintes: 6.507 em Ipu, 1.800 em Fortaleza, 4.542 em Quixeramobim, 16.221 em Senador Pompeu, 28.648 em Cariús (S. Matheus) e 16.200 no Crato (Buriti), num total de 73.918 flagelados. Ainda na visão da autora, os Campos de Concentração funcionavam como prisão, quando lá chegavam os retirantes só podiam sair se fossem convocados para algum trabalho em construções de açudes, estradas e melhoramento urbano de Fortaleza.

Ratificando essa questão abordada por Rios (2006) em relação a esses locais, Neves (2001) relata que as queixas apareciam timidamente na imprensa. Ocupando a assistência aos retirantes da seca cearense um evidente segundo plano nas prioridades governamentais daquele momento, isso não causou o desagrado que se esperaria entre jornalistas e políticos locais. Porém do ponto de vista material, a ajuda financeira concedida pelo Ministério da Viação ao governo do Ceará, destinada à assistência aos retirantes, aumentou no período de abril até agosto de 1932. O fim da guerra civil abria os cofres da Nação e as cobranças podiam ganhar maior visibilidade no espaço público.

Diante dessas limitações, o governo pôde realizar seu programa de assistência aos retirantes, intervindo diretamente no mercado local. Não somente no mercado de trabalho, mas também através da criação de vagas de trabalho em obras públicas destinadas a uma mão de obra desmobilizada num momento de crise, assim como no mercado de alimentos, regulando os preços e o abastecimento de produtos de primeira necessidade (NEVES, 2001).

Além dessas questões descritas, que o momento de enfrentamento da seca mostrava, cabe destacar que as crenças dos sertanejos interferiam de forma direta nas tentativas de ajuda aos retirantes, já que esses mostravam resistências aos saberes médicos e higienistas por possuírem suas próprias referências culturais de tratamento e cura.

Para os sertanejos, os males do corpo guardavam uma íntima relação com o sagrado, advindo daí os curandeiros locais, que alegavam que as experiências religiosas eram um dos meios de resolver diversos problemas do cotidiano. A classe dominante cada vez se

apropriava mais do discurso da higiene, mas era difícil estender suas medidas aos flagelados, que eram tidos como doentes e ociosos. Segundo Rios (2006), os impasses entre as propostas do médico e de sua equipe, como no caso da vacinação e instruções de higiene pelas enfermeiras, esbarravam na resistência dos sertanejos a essas ações, dificultando a implementação dessas medidas.

No entanto, a ênfase conferida pelos relatores às precárias condições dos locais onde os doentes ficavam alojados e aos prestadores de serviço locais é descrita como o principal empecilho ao êxito da missão, como apontado a seguir. “O serviço fazia-se imperfeitamente por insuficiência de mobiliário e aparelhagem e de habilitação e solícitude dos funcionários que com o médico trabalhavam” (COSTA, 1936, p. 93). Em outro trecho é reforçado a falta de condições adequadas para os acometidos por doenças infecto contagiosas:

Internados, enfermos de males infecto-contagiosos, nenhum isolamento lhes era determinado; tifoídicos, sarampentos e disentéricos ficavam lado a lado de operários que ao hospital eram recolhidos por acidentes de trabalho, de onde grande frequência de infecções cruzadas (COSTA, 1936, p. 93).

Com base no exposto, resta claro que a reflexão em torno da representação coletiva pode considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como instituições sociais, que incorporam as formas de representação coletiva e as divisões das organizações sociais. Considerando as representações coletivas como matriz da prática construtora do próprio mundo social, onde se ressalta que as mais elevadas representações coletivas só têm existência, só são verdadeiras na medida em que comandam atos (CHARTIER, 1991).

Nesta direção, é possível se afirmar que os autores do relatório da comissão procuraram se representar como heróis num território hostil à aceitação da prática médica e de seus signos, como os espaços assistenciais, as terapêuticas medicamentosas e as orientações de base científica, com seus protocolos e recomendações prescritivas que conflitavam com o conhecimento popular florescido na natureza das relações sociais e políticas do ambiente árido dos sertões.

8 REPRESENTAÇÕES DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Como já salientado, Chartier (1991) sugere que a história tome como fio condutor de suas investigações, as representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos. Nessa perspectiva, pode se partir do princípio a considerar objetos, formas e códigos inscritos nos textos e não dos grupos. Dessa forma, amalgamando-se aos elementos que compõem o suporte material e estético do produto impresso, figura ainda o conteúdo textual que revela uma composição de elementos sógnicos (imagens e escrita) a expressar uma visão de mundo que se pretende enunciar ao público leitor, suas clivagens, hierarquias e atos que comandam as práticas de um dado contexto.

Assim, o relatório documento-objeto desse estudo, traz uma gama de informações que possibilita apontar o diálogo existente entre os dois discursos: o textual e o visual, neste sentido, pensando na utilização da imagem, mais especificamente a fotografia, como fonte histórica e documento de memória ainda pouco estudado, ampliando assim o horizonte para compreender a força que tem para a construção das representações sobre as enfermeiras de saúde pública.

8.1 As enfermeiras através das lentes: a catequese na saúde pública

As imagens das enfermeiras contidas no relatório de Costa (1936), enquanto parte da equipe que foi enviada pelo governo a fim de fazer frente ao trabalho de assistência a população do Nordeste, servem para ilustrar a presença dessas profissionais nesse momento de crise que a região passava, registrando também os indícios do empoderamento da profissão na área da saúde pública.

Azevedo (2016) traz em seu estudo algumas informações importantes relacionadas à fotografia e aponta o seu uso nos trabalhos científicos desenvolvidos pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), chamando a atenção para a utilização da imagem em estudos realizados na instituição, no acompanhamento de doentes, nos estudos em laboratório e nas expedições científicas. O autor destaca que a fotografia surgiu no século XIX, e se apresentou como uma técnica importante para o registro de pessoas, lugares e objetos, tendo forte impacto social pela forma como se apresentava e fixava um tipo de imagem diferente do modelo pictórico vigente.

Com a chegada do aparato tecnológico entre o modelo e o operador – a máquina fotográfica – a imagem resultante vinha carregada de um sentido de objetividade em relação ao que era fotografado. Com isso, seu uso, em pouco tempo, evoluiu no sentido de servir como comprovação de fatos, como testemunho e como forma de documentação em diversas áreas de atividades sociais. Desde seu surgimento, em 1839, evoluiu tecnologicamente, causando impacto considerável numa sociedade que já passava por grandes transformações políticas, econômicas e culturais. A nova técnica começou a ser utilizada em estudos científicos, inicialmente na Europa e, já no final do século XIX, em algumas instituições científicas no Brasil, esteve presente desde o surgimento do Instituto Oswaldo Cruz, ocorrido em 1908 (AZEVEDO, 2016).

Nesse sentido, pensando na fotografia enquanto um meio possível para perpetuar a história de uma sociedade ou um fato histórico, cabe retomar as ideias de Mauad (2005), quando destaca algumas considerações necessárias para melhor elaborar significados e representações das imagens, como o fato de que numa sociedade, coexistem e se articulam múltiplos códigos e níveis de codificação. Deve-se, portanto, considerá-la como resultado de um processo de construção de sentido seguindo pistas que não são visíveis ao primeiro olhar, mas que concedem sentido social à foto. Essa relação proposta não é automática, visto que entre o sujeito que olha e a imagem que foi elaborada existe todo um processo de investimento de sentido que deve ser considerado.

Chartier (1990), por sua vez, aponta que a imagem no texto, seja ele gráfico ou não, exerce um papel na elaboração dos significados atribuídos a ele, porém, devemos considerar a liberdade do leitor, que a ela relega imaginação e infinitas possibilidades de interpretação dos fatos e fenômenos do passado.

Das 68 fotografias disponíveis no interior do relatório da comissão, 10 integram o corpus documental para análise, pois se reportam a situações e exercentes das práticas de enfermagem durante a prestação de assistência aos flagelados da seca de 1932.

Dentre essas merece destaque a atuação da equipe no açude de Condado, quando o relator faz referência à enfermeira Margarida Rosa nas instruções dos cuidados e vantagens da alimentação, principalmente das crianças, e destaca a excelência do seu trabalho. Nesta parte do relatório da comissão podemos perceber a intenção do autor em valorizar o trabalho de campo que era feito pelas enfermeiras.

Ainda quando aborda o açude de Condado, o autor refere-se que o acampamento era composto por raras casas, pequenos números de barracas cobertas por telhas e considerável

número de alpendres cobertos por folhas de juazeiros secas, com uma ou duas painéis de barro no interior da barraca e uma ou duas redes para seis ou sete pessoas. Essa descrição fica mais fácil de ser visualizada com a imagem contida no relatório de Costa (1936), da visita à Lima Campos, que também é descrito como em condições precaríssimas, e mais uma vez, remete a questão de que, para quem nunca esteve pessoalmente em uma localidade como a relatada, os detalhes descritos e a associação das imagens propiciam ao leitor uma nova experiência do real com o imaginário através da criação de uma visão aproximada da realidade representada nos textos. Este caso vai ao encontro, portanto, ao que sinaliza Chartier (2017) sobre a imagem pensada como um suplemento do texto onde é possível mostrar o que o discurso não pode narrar.

A imagem a seguir (Figura 4), mostra a visita de enfermeira a uma barraca utilizada como domicílio no sertão. Na comparação com a imagem seguinte (Figura 5) que se reporta à visita da enfermeira na residência de um paciente no Rio de Janeiro. A segunda, trata de uma foto posada e é possível observar que a enfermeira está trajando uniforme, e de forma geral a imagem revela uma condição social muito diferente da que se à atuação da enfermagem no sertão nordestino.

Figura 4 – Fac-símile nº4 – Açude Lima Campos – Visita da enfermeira a uma barraca.



Fonte: Costa (1936).

Figura 5 - Fac-símile nº5 - Enfermeiras visitadoras sanitárias em inspeção a pacientes.
[Rio de Janeiro, RJ].



Fonte: Base Arch - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz (1920).

Portanto, fica claro que a apresentação da fotografia no relatório da comissão, remete a necessidade de aproximar o leitor do relatório da comissão de uma realidade muito distante daquela conhecida pelas enfermeiras e visitadoras sanitárias nos locais mais empobrecidos da região sudeste do país na época, reforçando a ideia de que, o leitor que não conhecia esta realidade de perto não conseguiria mensurar o que as enfermeiras do DNSP vivenciaram quando estiveram em missiva pelo sertão nordestino durante a seca.

Ainda na parte textual, o Dr. Álvaro Garcia faz referência direta a uma fotografia de um chafariz contida no relatório da comissão, ao falar da distribuição de água. Segundo ele:

Tempo houve, em que com maiores cuidados, foi ela distribuída, graças ao chafariz de ferro de que juntamos fotografia e que agora infelizmente estava inutilizado. Neste cenário, de tanto desconforto e tamanha agressividade, entretanto uma coisa era para assinalar - a relativa robustez dos homens, principalmente os operários (COSTA, 1936, p. 51).

Mais uma vez, reforça que a possibilidade de visualizar esses locais para os leitores que não tiverem a oportunidade de ver pessoalmente os mesmos, nos remete a real situação enfrentada pela equipe, já que além dos detalhes que descrevem os locais de melhores asseios, existem outros que relatam a situação de extrema precariedade (COSTA, 1936). Nestes casos,

essa relação com o texto descrito propicia ao leitor uma interação imagem-textual e a possibilidade de compreender construir as representações intencionadas pelo relator.

Ao descrever o campo de concentração de Patu, o ambiente é caracterizado pelo autor como local onde se permitiam as aglomerações e as mais intensas promiscuidades, com absoluta falta de higiene e noções das mais primitivas de vida. Neste caso, a imagem do espaço descrito, permite construir uma representação sinérgica, entre texto e imagem, da realidade vivida, muito distante das experiências partilhadas pelas enfermeiras e médicos das capitais.

Cabe aqui destacar a imagem da enfermeira em uma palestra de educação sanitária (Figura 6), texto descrito na própria foto que aponta para a forma de comunicação e transmissão de conhecimento através da oralidade, conforme descrito anteriormente. Em alguns momentos do texto do relatório da comissão a atividade é descrita como função educadora de “verdadeira catequese”. Essa atividade é relatada também como função de “dar conselhos”, além disso, o texto descreve as atividades da enfermagem enquanto profissionais dedicadas que contribuíram para o sucesso da missão. Em outro trecho, mais uma vez é citada a atividade de educação que as enfermeiras faziam: “visitando todas as casas lá iam as nossas enfermeiras insistindo com as suas humildes moradoras, para usarem água fervida, mostrando as vantagens e necessidade de tal uso ao lado de outras práticas que ensinavam” (COSTA, 1936, p. 71).

Figura 6 - Fac-símile nº 6 - Piranhas - A enfermeira em palestra de educação sanitária.



Fonte: Costa (1936).

Para corroborar para a compreensão do esforço dos médicos relatores em construir uma imagem altruísta, no entanto, técnica da enfermeira de saúde pública, é apresentada a imagem abaixo (Figura 7) referente à prática do cuidado das enfermeiras do DNSP²⁵, veiculadas na “Revista da Semana” no ano de 1929. O título da matéria refere-se às enfermeiras como “missionárias da caridade”, reforçando assim representação semelhante à que os médicos tentaram edificar no relatório da comissão, em que a função da enfermeira já era descrita como de “verdadeira catequese”. Segundo Cândido de Figueiredo (1922, apud Deslandes, (2012), o termo “missionário” é relativo a pregar a fé; a catechizar, relativo às missões; já o termo “caridade” quer dizer amor ao próximo, benevolência, beneficência. Ainda segundo Deslandes, uma matéria do jornal “A Saúde Pública” trouxe em suas páginas uma nota sobre o trabalho realizado pela enfermeira, onde o texto começava com a descrição: “Ella é a missionaria da saúde” (DESLANDES, 2012, p.78).

Figura 7- Fac-símile nº 7 - As missionarias da caridade”.



Fonte: Revista da Semana, n.14, 23/03/1929: 16.

²⁵ A criação da Escola de Enfermagem do Departamento Nacional de Saúde Pública no Rio de Janeiro (Decreto n. 15.799, de 10 de dezembro de 1922), dirigida por Carlos Chagas, introduziu a enfermagem moderna no Brasil e esse fato representa um grande marco na história da enfermagem, quase 63 anos depois de seu surgimento na Inglaterra (SILVEIRA; PAIVA, 2011).

Na referida matéria, o termo missionário vem em destaque no título, reafirmando a intenção de exaltar o quanto o papel da enfermeira era necessário, a fim de se atingir uma melhora nas condições de saúde da população. Essas enfermeiras eram enviadas aos domicílios para que pudessem transmitir ensinamentos à população sobre hábitos de higiene, alimentação e cuidados com o ambiente, entre outros. Sendo assim, criada as bases da profissão na saúde pública apesar de o ensino da profissão já haver sido instaurado em outros âmbitos.

Segundo Machado, Amorim e Porto (2020), quando apoiados em Pierre Bourdieu, atentam que ter o olhar direcionado para a legenda da imagem é ser conduzido pela lente do editor, isso significa ver o que ele quer. Isso ocorre porque os editores usam lentes especiais para fazer o leitor crer no que foi escrito. Assim, entram em cena o que Bourdieu chama de os “óculos especiais”, que selecionam e constroem o que é selecionado, direcionando o foco para o que é interessante destacar.

Nessa perspectiva, cabe aqui retomar as ideias propostas por Chartier (2002), quando o autor aponta que todo documento, seja ele literário ou não, é a representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído, pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, sendo permeado de testemunhos da realidade e da época que foi criado, gerando uma historicidade na sua produção e na intencionalidade da sua escrita. Logo, cada texto, possui uma linguagem específica na qual foi produzido, própria de um segmento de produção, e esta ocorre considerando dadas regras peculiares ao meio intelectual de onde emerge, ao veículo em que será veiculada e ao público a que se destina (CHARTIER, 2002). O historiador nos leva a refletir sobre como as coisas ou imagens podem trazer para o presente algo que está ausente, retomando a ideia de que, a representação por um desenho ou ilustração permite visualizar algo ou alguém que não está presente no discurso (CHARTIER, 2011).

Ainda nessa perspectiva, Burke (2004, p. 106) demonstra para importância de recolocar a imagem em seu contexto para que não se faça uma interpretação errônea de sua mensagem quando sinala que: "de acordo com suas atitudes políticas, os fotógrafos escolhiam representar as casas mais deterioradas, a fim de apoiar as campanhas pela extinção dos cortiços, ou a de melhor aparência, para se oporem a isto". Aponta também que a imagem conta uma história e tem informações e evidências sobre acontecimentos ou situações. O autor fala também que é importante analisar o contexto político e social e o material, à forma física onde está inserida e onde pretendia ser exibida.

Neste sentido, refletir sobre a representação presente nos discursos imagéticos construídos sobre o papel da enfermeira de saúde pública na seca de 1932, implica em corroborar com a construção do reconhecimento de uma personagem que deveria ter um trânsito social por meio das visitas domiciliares, vacinação e atividades de educação em saúde, adentrando as moradias insalubres com total respaldo para suas ações, preenchendo uma lacuna da prática médica neste campo.

Maud e Lopes (2014) sinalizam que a imagem técnica²⁶ esteve associada às práticas de representar o mundo sobre o qual se queria agir, o que reafirma que a representação da enfermagem no relatório documento-objeto desse estudo é passível de infinitas discussões e apontamentos para o fortalecimento de uma identidade ligada a um modelo de formação, num cenário marcado pela disputa de modelos de fazer enfermagem nos diferentes territórios, diante da projeção da Escola Ana Nery ao patamar de escola padrão para as demais do país.

Portanto, a representação da pauperização de recursos enfrentada pela equipe de saúde nos espaços assistenciais, especialmente pelas enfermeiras em suas ações cotidianas de contato direto e regular com o flagelo humano, aponta visualmente para os extremos de exposição a situações de insalubridade que enfrentaram. Tal fato projeta às protagonistas dessa realidade uma condição heroica, não só diante de seus pares que atuavam nas demais regiões do país, mas também diante do corpo médico do DNSP, que tinha na enfermagem “padrão Ana Nery” um dos pilares das reformas distritais de saúde pública.

8.2 Representações escritas sobre as enfermeiras de saúde pública: profissionais polivalentes

Em sua parte textual, o relatório de Costa (1936), conta com as diretrizes gerais e as instruções feitas para os serviços médicos na região, com destaque para a proposta de que essas disposições deixassem algo útil e indelével para o IFOCS. Cabe mencionar que as instruções se deram após inspeção pela equipe nos pontos de concentração de flagelados e verificação de quais serviços a população já contava. Nas referidas diretrizes constam: perímetros das ruas e casas, habitações providas de fossas, distribuição tubulares para a água, turmas de limpeza e varreduras públicas, diretrizes para distribuição de alimentos, entre outras.

²⁶ São produzidas por aparelhos, produtos de técnicas que, pôr sua vez é aplicado ao texto científico.

O texto de Costa (1936) traz instruções para que todos os serviços sanitários funcionassem de forma padronizada em ambos os estados, para isso precisavam de um laboratório central de pesquisa, postos sanitários, hospitais e pequenos laboratórios nos postos e hospitais. Além das instruções para o funcionamento dos hospitais, há também instruções específicas para os locais de concentração dos empregados da IFOCS, com atenção para que todos fossem vacinados contra a varíola e contra as infecções do grupo tifo-disentéricas, incluindo os familiares deles.

Apesar de não associar nenhuma imagem fotográfica nessa parte do relatório da comissão, José Bonifácio apresenta uma vasta quantidade de ilustrações, através de gráficos, tabelas, fichas de atendimento e plantas, o que facilita a visualização das propostas apresentadas e permite inferir que, ao intencionar a criação dessas diretrizes, desejava que a situação local fosse melhor visualizada e que a proposta fosse implementada de forma efetiva para aquela localidade, a fim de melhor organizar o atendimento e a situação de saúde daquela população.

Para pontuar os números de citações e referências feitas à enfermagem, cabe trazer a sistematização dos registros textuais encontrados por Januário (2020), no âmbito dos estudos realizados no LACENF, a partir da análise de conteúdo temática do relatório de Costa (1936). Foram selecionadas sessenta e quatro unidades de registro transcritas do documento-objeto, posteriormente organizadas em uma tabela (Tabela 1) para melhor comparação e contabilização segundo divisão nas cinco categorias:

Tabela 1- Categorias das unidades de registro textual.

Nome das Categorias	Qtd de UR	% por categoria
Gestão da Equipe	18	28.12%
Comentários	14	21.87%
Restrições	1	1.56%
Encargos de Enfermagem	26	40.63%
Legados Profissionais	5	7.81%
Total	64	100%

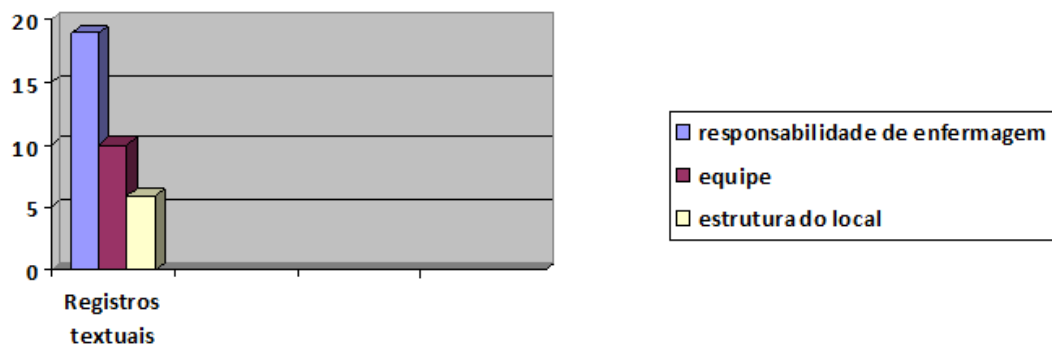
Fonte: Januário (2020).

Na perspectiva descritiva dos dados anteriores é possível observar a recorrência dos registros em suas respectivas categorias aos quais foram agrupados, sendo as três mais

recorrentes, gestão da equipe - que aponta para a descrição das atividades desenvolvidas pela enfermagem; os comentários sobre a enfermagem; os encargos da profissão e o legado que essas profissionais deixaram nos locais que passaram. Já as restrições destacam as escritas sobre as atividades que eram proibidas à enfermagem.

Ainda, a partir das unidades de registros textuais organizadas por Januário (2020), analisando alguns textos sobre as responsabilidades da enfermagem descritas no relatório da comissão é possível observar a grande frequência que esse dado aparece se mostrando como um espelho das atividades que o grupo de enfermeiras desenvolvia. Chama ainda atenção que a função da enfermeira é descrita em vários momentos do relatório da comissão, ressaltando a eficiência com que elas realizavam as suas funções. O gráfico a seguir (Gráfico 1) mostra a quantidade de vezes que a responsabilidade da enfermagem é descrita, sobrepujando as citações em relação à equipe e aos locais de trabalho.

Gráfico 1- Citações textuais.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Costa (1936).

Na perspectiva do diálogo da imagem com a parte textual, cabe também apontar que em referência a representação do papel das enfermeiras no documento da comissão de assistência aos flagelados do nordeste, Costa (1936) deixa claro ao escrever sobre as mesmas, a sua impressão da importância do trabalho dessa classe longe do conforto que estavam acostumadas na Escola Anna Nery e como a participação delas no processo foi um dos pontos do sucesso da missão, dando destaque para a dedicação com que executavam o trabalho em todas as frentes de serviços que faziam, que pode ser dividido em quatro grupos a saber (Quadro 1):

Quadro 1 – Frentes de atuação da enfermagem.

PROFILAXIA EXTERNA	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de vacina; • Percorrer os acampamentos para surpreender os doentes.
ASSISTÊNCIA DOMICILIAR	<ul style="list-style-type: none"> • Visita aos doentes; • Distribuição de alimentos em lactários
ASSISTÊNCIA HOSPITAR	<ul style="list-style-type: none"> • Cuidado aos doentes nos hospitais
EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Orientação as moças que iriam substituí-las

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Costa (1936).

O relatório de Costa (1936), também ressalta que ao término da missão, a comissão médica teve a grata satisfação de obter o reconhecimento da excelência do trabalho prestado, tanto pela equipe da IFOCS como pela população, que de início expressava relativa desconfiança quanto à chegada do grupo. Restou registrada a gratidão pelo excelente trabalho da equipe:

A vós e as vossas abnegadas e competentes auxiliares, as enfermeiras da Escola Ana Nery, Almira Pessoa de Melo, Haidê Gonzales, Araci Neves, Maria Lima Tourres e Berila de Carvalho, devemos o conforto de termos ao nosso lado, no campo de trabalho (COSTA, 1936 p. 102).

Portanto, cabe apontar que esses textos contidos no relatório de Costa (1936), nos possibilitam visualizar em alguns momentos o diálogo da parte textual com a imagética e reforçam a importância desse estudo no que tange as representações sobre a enfermagem, tendo em vista que não foi oportunizado às enfermeiras escrever a “próprio punho” um capítulo de sua história no relatório documento-objeto desse estudo. Contudo, fica claro que deixaram suas marcas no imaginário dos relatores que expressaram através das imagens e da escrita, as experiências vividas enquanto membros de uma mesma equipe, que tinham a missão de levar assistência aos flagelados e aos trabalhadores que enfrentavam o período da “grande seca de 1932”.

Vale mencionar que enquanto relatores de uma situação vividas médicos demarcam suas figuras como atores políticos em um momento de crise sanitária, demonstrando seu domínio em diversas áreas enquanto administradores, conhecedores da engenharia-sanitária e pesquisa voltada às classificações nosológicas. As enfermeiras de saúde pública, por sua vez,

são descritas enquanto trabalhadoras de campo em atividades práticas diárias, como obreiras, que tiveram sua importância para a missão, na formação de pessoal e organização do serviço.

Reside aí uma distinção fundamental dada pelo *habitus* de cada agente que integrava o campo da saúde pública: o médico, como responsável pela gestão política e intelectual dos serviços, pelos diagnósticos, pesquisas e tratamentos clínicos; as enfermeiras de saúde pública, por sua vez, como personagens que figuravam como organizadoras de um fazer complexo e indispensável, que envolvia formação, organização, obtenção de informações relevantes para o serviço e para o médico, e prestação direta de cuidado nos diferentes níveis de complexidade. Quanto às enfermeiras locais, figuram como agentes subalternas e distintas das demais nas imagens, nunca se confundindo com elas, seja pelo tipo de vestimenta, seja pelo enquadramento periférico nas fotos ou pelo baixo número de referências às mesmas na parte escrita do relatório de Costa (1936).

A fim de demonstrar importância dos registros médicos sobre a enfermagem, cabe resgatar alguns trechos contidos no Relatório Winslow-Goldmark (1923), que é dividido em duas partes, onde a parte B é denominada “Treinamento da Enfermeira”, apontando o início da profissão enquanto se estruturava a educação profissionalizante. Do mesmo modo em vários trechos do documento objeto desse estudo a atividade de educação figura como prática que as enfermeiras ensinavam ao visitarem as pessoas, além do ensino ao orientar as “moças” que deveriam substituí-las quando a comissão se retirasse. Fica clara a valorização da dimensão do fazer das enfermeiras como um atributo que lhes conferia um diferencial ao modelo de enfermagem que antecedeu a criação da Escola de Enfermagem Anna Nery (FREIRE e AMORIM, 2008).

O relatório Goldmark (1923) sinaliza para avanços no campo da prática de enfermagem de saúde pública que deveriam fundamentar as bases da sua prática futura. Alguns aspectos foram incorporados ao fazer das enfermeiras que compunham a comissão federal de assistência e profilaxia aos flagelados do Nordeste e podem ser apontados numa comparação diacrônica com o relatório da missão, a fim de demonstrar a assimilação das orientações quase uma década após a sua publicação (Quadro 2):

Quadro 2 – Relatório Goldmark (1923) x Costa (1936).



Fonte: Elaboração pela autora a partir de Costa (1936) e Freire e Amorim, (2008).

Ethel Parsons²⁷, ao estudar a situação da enfermagem no Brasil em 1922, conclui que o povo representava a figura da enfermeira como uma trabalhadora servil e que poucas pessoas conheciam o significado e a evolução da enfermagem. Em sua opinião, para obter êxito no projeto da reforma sanitária era necessário ter enfermeiras bem-preparadas para se integrarem no programa de saúde pública, justificando a instalação e organização de uma escola nos moldes até então inexistente no Brasil (FALLANTE; BARRETO, 1998). Essa ideia já apontava a necessidade de aprimoramento da enfermagem enquanto profissão.

Ao associar a parte textual do relatório de Costa (1936), com o conteúdo das imagens é possível destacar que a educação sanitária das enfermeiras federais na Comissão constituía uma das principais funções destas enquanto agentes do cuidado, lembrando que foram a parte

²⁷ Chefe da Cooperação Técnica para o Desenvolvimento da Enfermagem no Brasil, patrocinada pela comissão Rockefeller.

majoritária da comissão, já que era composta por dezesseis enfermeiras e quatro médicos. A relação entre textos e imagens indicam que os hábitos de higiene eram escassos, bem como, a organização e condições de abastecimento de água, manuseio de comida, manuseio de excretas precárias, com os indivíduos vivendo em condições calamitosas. Isso trazia à tona a necessidade de orientações para a manutenção de moradias com o mínimo de bem-estar sanitário, assim como a necessidade de construir barreiras para minimizar a propagação de doenças endêmicas que terminaram por assolar os espaços assistenciais levando muitos a óbito.

O texto de Chartier (2014) “Escutar os mortos com os olhos” nos remete a mensagem transmitida pelas imagens e textos do relatório da comissão, quando pontua que o significado do texto depende da forma que o torna possível de ser lido, como está dividido, se têm imagens ou não, e a sua tipografia. O autor destaca ainda que seu objetivo é sempre “ligar o estudo dos textos quaisquer que sejam eles, com o estudo das formas que lhe conferem existência e o estudo das apropriações que os investem de significado” (CHARTIER, 2014, p. 27). Essa visão do autor nos auxilia a compreensão do material apresentado como objeto dessa pesquisa, permitindo um novo olhar para a leitura quando confere novos significados à realidade encontrada nos textos e imagens do relatório de Costa (1936).

Através da análise fotográfica e textual fica patente que os médicos se preocuparam em delimitar o domínio próprio da enfermagem de saúde pública e de suas equipes referentes à organização e prestação de cuidado direto à população de flagelados nos postos de assistência ou nas suas moradias, por meio das visitas domiciliares. Os dados apresentados permitem ainda a contextualização com as ideias de Chartier (2014), e a partir daí é possível reconhecer as formas do texto: escrita, imagética e as apropriações, seguindo uma crítica documental que amplia a visão das relações existentes entre narração e representação do passado.

Com a triangulação dos dados apresentado é possível identificar os vestígios históricos da profissão e situar a força de trabalho da enfermagem enquanto parte fundamental nas estruturas da política assistencial de enfrentamento dos problemas de saúde pública decorrentes da “grande seca de 1932”. Embora a política de organização dos espaços assistenciais levada à cabo pelos governos estaduais não oferecessem as condições para o exercício pleno das práticas hodiernas da enfermagem de saúde pública, as representações médicas inscritas no relatório da comissão sobre o trabalho desenvolvido pelas enfermeiras deixaram claro serem elas os pilares de uma nova forma de se organizar a assistência com

foco na distritalização territorial e toda a abrangência de conhecimento que isso demandava. Vale ressaltar, que com a criação da Escola Anna Nery, vinculada ao DNSP, pretendia-se formar enfermeiras para atuar na saúde pública e, portanto, as representações existentes apontam para a necessidade de reforçar o papel delas na difusão do modelo defendido pelos sanitaristas para o Governo Vargas.

Conforme destacado, a enfermagem tem um papel importante na assistência à saúde e ao longo dos anos vimos à força de trabalho dessa classe que é de extrema necessidade para o enfrentamento de situações que interferem diretamente na saúde da população, como no caso da atuação no enfrentamento das epidemias que assolaram o Nordeste em meio aos períodos de grandes estiagens.

A exemplo da malária que teve um grande aumento e taxas de mortalidade enormes nessas épocas de seca, outras patologias, como doenças do trato digestivo que se agravaram e levaram muitos a óbito. Carvalho (2013) destaca que o Estado atuava em ações de combate as grandes epidemias através de ações de vacinação em massa e de saneamento básico. Assim ocorreu no final do século 19 e início do século 20 as campanhas de saneamento do Rio de Janeiro e de vacinação contra varíola. E as missões ao nordeste, como o caso da estudada nessa pesquisa, foi considerada uma das formas de atuação do governo federal para o enfrentamento da “grande seca”.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o ingresso no PPGENF-UNIRIO, se tornou inevitável traçar correlações entre a história e a atualidade do saber fazer da enfermagem para o desenvolvimento de programas na saúde pública, sua proximidade com as realidades socioculturais da população atendida, seu papel no planejamento de metas para as equipes multidisciplinares de saúde e a melhoria dos índices de qualidade de vida da população, tem uma trajetória. Esta trajetória merece ser revisitada à luz dos registros que permaneceram como parte indelével de um constructo sociopolítico da profissão

Através da análise sinérgica do conjunto dos elementos que contribuem para formar as representações sobre a enfermagem, cabe apontar que o momento pesquisado pode ser abordado como influenciador das configurações e da organização sanitária de sua época, se estruturando não apenas para atender às necessidades da população em contextos de crise socioambiental, como no caso das grandes secas, mas da concorrência entre os diferentes grupos que formam o sistema produtivo e que apresentam demandas divergentes entre si, assumindo cada qual o seu papel na história da saúde pública do país.

Para desvelar as representações sobre a enfermagem foi necessário trilhar um processo desafiador de apropriação das bases teóricas da Nova História Cultural, tal como defendida pelo historiador francês Roger Chartier. Os resultados contribuíram para a elaboração de novas ideias expressas em contradições e tensões meu olhar sobre os registros de um encontro marcado por um modelo de enfermagem já desenvolvido nos serviços locais, e aquele ao qual as enfermeiras do DNSP representavam.

A elaboração dessa pesquisa me proporcionou uma nova instrumentalização do olhar para a contemporaneidade da profissão, seus avanços e desafios no decorrer da história da construção das suas bases. Ficou impresso, também, o quanto períodos de grandes calamidades contribuem, para o aperfeiçoamento de práticas que subsidiam a construção do conhecimento na área da saúde, tal como a humanidade vivencia atualmente com a pandemia de COVID-19.

O período em que ocorreu a seca de 1932, mesmo diante das circunstâncias desafiadoras que se apresentavam, terminou por promover mudanças na organização dos serviços de enfermagem nos três estados em que a missão atuou, a partir de sua relação intrínseca com o modelo distrital de organização dos serviços de saúde pública, já

consolidado em estados do sul e sudeste do país, desde a ocorrência da Reforma Chagas na década de 1920.

A análise dos registros documentais permite não só visualizar fatos e momentos históricos, entretanto, possibilita novos olhares para as representações que influenciaram a difusão de uma visão de mundo responsável por criar segmentações e hierarquias no campo da saúde a partir da difusão deste modelo sanitário, em que a enfermeira de saúde pública adquire protagonismo de destaque.

Os discursos se mostraram como reflexos de uma intencionalidade construída pela ótica dos médicos relatores do documento e de uma projeção institucional no processo de editoração. O estudo das representações históricas sobre a enfermagem mostra-se, então, como contributo à construção de uma memória coletiva que possibilita a tomada de consciência sobre a condição atual de existência e da sua relação com as demais profissões e disciplinas do saber no campo da saúde, enquanto produto de uma trajetória vivida por protagonistas do pioneirismo da profissão, especialmente, em situações de crises humanitárias, como a seca de 1932.

Dessa forma, há que se considerar que, figurar em um espaço de registro elaborado por uma classe de protagonistas da realidade vivida, ou seja, os médicos, precisa ser observada com o rigor que a crítica documental na perspectiva da Nova História Cultural impõe. Delimitado pela diacronia e sincronia com outros documentos, a observação do jogo de forças, de concorrência no campo das hierarquias, do poder e do prestígio de cada personagem no campo sanitário no período do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1931-34) se mostra como decorrente, da análise das suas interlocuções com as práticas e representações que enunciam, gerando e sendo geradas pela concorrência das representações.

Embora a função autor não atue de modo homogêneo, algumas observações são pertinentes, uma vez que essa função depende do nome próprio daquele que tem autoridade o bastante para enunciar o que é verdadeiro em uma sociedade, cuja hierarquia das ordens e do poder é ao mesmo tempo uma hierarquia das posições sociais e da credibilidade da palavra. Sendo assim há de se considerar que os discursos presentes no relatório da comissão revelam a posição de poder que esses médicos alcançaram enquanto agentes políticos.

O olhar cultural e científico para as representações das profissionais de enfermagem revela as contribuições para a área de saúde. Faz-se então necessário um novo olhar para essa história que possibilite preencher a lacuna do conhecimento a respeito dos profissionais que atuaram de forma direta nesses períodos de grandes calamidades públicas.

A dimensão coletiva da saúde pública abarca ações preventivas e prioridades estratégicas de combate a algumas doenças regionais, além da ênfase às noções de higiene ou a prática de educação. Para essas atividades, as profissionais de enfermagem estavam diretamente associadas à linha de frente do cuidado.

O trabalho exaustivo, pesado e de risco de contágio, portanto, ficou a cargo das enfermeiras que percorriam os acampamentos e domicílio em busca dos doentes e para a realização das atividades de profilaxia através da aplicação de vacinas e instruções de medidas de higiene. Cabia aos médicos prescrever os medicamentos, realizar a descrição e classificação das enfermidades, organizar o serviço de saúde do local e instruções das medidas que deveriam ser adotadas pela população.

Configurou-se, então, um jogo de concorrências entre as representações em que, por um lado se aludia a essas profissionais de enfermagem o reconhecimento e por outro eram parte de um projeto de campo, uniformizando e padronizando a organização da assistência no território atingido pela calamidade pública. Cabe chamar a atenção, portanto, para o fato de boa parte dos trabalhos de saúde pública ter sido representado e escrito por médicos que estavam atuando nesses serviços.

Manter vivo as relações entre passado e presente, faz com que valorizemos nossos papéis históricos, com novas concepções mais elaboradas de um futuro coletivo que impõe um esforço crítico e reflexivo sobre os caminhos que nos trouxeram a realidade presente, e sobre as possibilidades futuras, como atores que participam do movimento da história e como estudiosos que pretendem contribuir para a compreensão do que nos ocorreu e do que nos ocorre.

É importante também apontar que, apesar do número elevado de óbitos e doenças descritos tanto no relatório documento-objeto desse estudo, como na vasta literatura sobre a seca de 1932, esse não se mostra como o prisma para analisar o sucesso da missão, pois, a comissão se propôs a organizar os serviços da região, de forma que fossem padronizados de acordo com o modelo distrital de saúde pública.

A seca, ainda hoje, se mostra como um fenômeno recorrente no nordeste brasileiro, porém, não vem afetando as populações nas proporções dramáticas como a “Grande Seca de 1932”, mas ainda ocasionam impacto em muitos distritos das regiões semiáridas, sendo ainda objeto de políticas públicas específicas voltadas a mitigar os seus impactos sociais, econômicos e sanitários.

Da mesma forma, as grandes epidemias fazem parte dos fenômenos que assolam a humanidade desde os seus primeiros registros históricos. Na “Grande Seca de 1932”, a carência de recursos para enfrentamento das epidemias por parte dos estados, demonstra que não havia estrutura adequada para conter a disseminação de doenças infecciosas na proporção em que se deram. Neste sentido, a organização dos serviços e a formação de auxiliares de enfermagem e visitadoras sanitárias, em caráter emergencial, se mostraram como prioritários para a continuidade dos serviços locais, contudo, não o suficiente para debelar as ameaças que as condições estruturais desfavoráveis interpunham para o bom desempenho das práticas profiláticas e preventivas.

Esse momento atual, em que a humanidade vem sendo acometida pela pandemia de covid-19, uma crise mundial se abateu sobre diversos setores, tais como: a economia, o turismo, a aviação e transportes em geral, as indústrias, o comércio, além da educação e, especialmente, o setor da saúde, que a cada dia busca novas estratégias para o seu enfrentamento. Vale salientar, que, assim como na seca de 1932, a crise sanitária mostra-se como a causa dos demais problemas e os serviços assistenciais precisam se reinventar a cada desafio. Os (as) enfermeiros (as), por sua vez, continuam ocupando um papel primordial no enfrentamento da situação de crise, seja na formulação de protocolos nos diferentes níveis de atenção, como na organização e prestação de serviços assistenciais de saúde pública, como nas análises epidemiológicas e outras frentes.

Conclui-se, portanto, em atendimento aos objetivos deste estudo que a política Vargas almejou a disseminação de um modelo sanitário defendido pelos médicos sanitaristas, que criaram condições para que as enfermeiras despontassem no campo da saúde pública, projetando-se como modelo para as profissionais do setor em toda a federação, nos espaços assistenciais daquele que atualmente é denominado como nível primário de atenção à saúde.

Sendo assim, a análise das representações aponta para um momento singular e determinante para a construção da autoridade e prestígio das enfermeiras de saúde pública em detrimento de outras profissionais formadas pelas instituições que não seguiam os mesmos padrões da Escola de Enfermagem Anna Nery. É importante considerar, nesta perspectiva, os diversos elementos reguladores da vida social, política e ambiental do país que resultaram do jogo de forças políticas, econômicas e ideológicas. As discussões acerca do papel da enfermagem, neste sentido, são inúmeras. O olhar para a história na busca da compreensão das bases que formaram a Enfermagem no Brasil encontra subsídios para o debate e não se

esgota aqui, apontando elementos para a construção teórica que outros estudos podem vir, também, a descortinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. B.; SILVA, A. S.; FIGUEIREDO, J. B., et al. A nova história cultural como proposta metodológica para pesquisas no campo da história da enfermagem. **Rev Fund Care Online**. 2018 jan./mar.; 10(1):130-136. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v10i1.130-136>. Acesso 18 mar. 2020.

ALMEIDA, Érika Bicalho. **Vestígios culturais e representações da loucura na cidade de Barbacena**. Rio de Janeiro, UNIRIO: 2017. 170 p.

ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. **A modernidade e as favelas: a produção do espaço de Fortaleza a partir da seca de 1932**. Universidade Estadual do Ceará EUCE, 2013. Disponível em: <http://acopiara.uece.br/mahis/dmdocuments/RODRIGO%20CAVALCANTE%20DE%20ALMEIDA.pdf>. Acesso 28 jul. 2019.

ALVES, Diana. **O design da capa de livro e a sua interpretação visual: o livro 1984 de George Orwell como estudo de caso**. 2019. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/28168>. Acesso 06 abr. 2021.

AMORIM, W. M.; CARVALHO FILHO, S. A.; PORTO, Fernando; GARCIA, A. K. M.; FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **As representações eugênicas da assistência na revista Ceará Médico: 1930-1935**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Enfermagem e Biociências, 2013.

ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro: princípios da técnica de editoração**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2019.

AZEVEDO, Maria Cecília Neves de. **Um olhar sobre o sertão: as fotografias do relatório da expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/24004>. Acesso 13 jul. 2020.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. **Os dilemas de uma tradição científica: ensino superior, ciência e saúde pública no Instituto Oswaldo Cruz, 1908-1953**. Hist. cienc. saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 581-610, June 2012. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200013>. Acesso 18 mar. 2020.

BARROS, José D'Assunção. **A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos: revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, vol. 9, núm. 1, pp. 125-141, 22 jan. 2018.

BELO, André. **História & livro e leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BORDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. **O sociólogo e o Historiador**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, com a colaboração de Jaime A. Clasen. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BORENSTEIN, Miriam Süsskind; PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza. **O método de pesquisa histórica na enfermagem**. Texto & Contexto Enfermagem, Florianópolis, v.14,

n.4, p. 575-584, 2005, Out-Dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v14n4/a15v14n4.pdf>. Acesso 10 jun. 2020.

BRUM, Cristiano Enrique de. **O “Interventor da Saúde”: trajetória e pensamento médico de Bonifácio Costa e sua atuação no Departamento Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (1938-1943).** 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4656> . Acesso 10 ago. 2010.

BURKE, Peter. **A nova história, seu passado e seu futuro.** São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular: história e imagem.** Bauru: Edusc, 2004.

CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera. As origens da rede de serviços de atenção básica no Brasil: o Sistema Distrital de Administração Sanitária. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 877-906, Sept. 2007. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000300011>. Acesso em 26 mar. 2021.

CAMPOS, José Nilson B.; STUDART, T. M. de C. **Secas no Nordeste do Brasil: origens, causas e soluções.** IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas. ABRH, Foz do Iguaçu, 2001.

CAMPOS, José Nilson B. **Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos.** Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, n. 82, p. 65-88, Dec. 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000300005>. Acesso em 30 mar. 2021.

CAMARGO, Angélica Ricci; PESSOA, Gláucia Tomaz de Aquino. **Ministério da Indústria, viação e obras públicas (1889-1930).** 2017. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/486-ministerio-da-industria-viacao-e-obras-publicas-1891-1906>. Acesso em 23 jul. 2020.

CARLOS, Djailson José Delgado et al. Escolas de enfermeiras no nordeste brasileiro (1943-1975). **Rev Rene**, v. 15, n. 2, p. 326-333, 2014. Disponível em: Redalyc.Escolas de enfermeiras no nordeste brasileiro (1943-1975) . Acesso em 29 jul.2021.

CARVALHO, Anayde Corrêa de. Relatório dos trabalhos sobre a história da Aben. **Rev. Bras. Enferm**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 382-397, 1974. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0034-716719740003000016>. Acesso em 26 mar. 2020.

CAVALCANTI, Vanessa Costa. **Os Registros de Margem da Enfermeira Ethel Parsons: 1922- 1923.** Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, 2019.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J., et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel, 2002.

_____. **Defesa e ilustração da noção de representação**. *Fronteiras*, Dourados, v. 24, n. 13, p. 15-29, jul-dez. 2011. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em 09 mar. 2020.

_____. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

_____. **O mundo como representação**. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, Apr. 1991. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010-85-7025-623-X>. Acesso em 20 mar 2021.

_____. Aula inaugural no Collège de France. In: ROCHA, João Carlos de Castro (Org.). **A força das representações: história e ficção**. Chapecó, SC: Argos, 2011.

_____. **Defesa e ilustração da noção de representação**. *Fronteiras*, v. 13, n. 24, p. 15-29, 2011. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>. Acesso em 27 jul.2019.

_____. Ler sem livros. **Revista de la Red de Universidades lectoras**, n. 15, maio, 2017. Disponível em <http://revistaalabe.com/index/alabe/article/view/398/264>. Acesso em: 04/11/2020.

_____. **Literatura e História**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 197-216, Dec. 2000. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001006>. Acesso em 15 mar 2020.

CHARTIER, Roger, et al. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

CHARTIER, Roger; SCOLARI, Carlos A. **Cultura escrita y textos en red**. Editorial Gedisa, Barcelona, 2019.

CHAVES, R. S. O Autor como gesto: revisitando uma questão Foucaultiana. **Journal of Theory of History**, v. 20, n. 2, p. 90–105, 2018. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/teoria/article/view/56508>. Acesso 19 abr. 2021.

CORREIA, André Brayan Lima, **O ceará é uma terra condenada mais pela tirania dos governos do que pela inclemência da natureza: aspectos biopolíticos nas obras de Rodolfo Teófilo: 1901-1922**. Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, 2016.

DESLANDES, Anna Karina de Matos; AGUIAR, Simone; NETO, Mercedes; PORTO, Fernando Rocha. A imagem do cuidado prestado pelas enfermeiras de saúde pública veiculada na Revista da Semana: 1929. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, jan.-fev. 2013. 21(1). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/52969/57012> Acesso 10 fev. 2020.

DOIN, José Evaldo de Mello, et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café: 1852-1930: a proposta do Cemumc. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 91-122. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000100005>. Acesso em 10 abr. 2019.

DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. Trad. Sara Baldus e Júlio Bentiroglio. Petrópolis: Vozes, 2009

FALLANTE, Bárbara de Souza Côrtes; BARREIRA, Ieda de Alencar. Significados da visita domiciliar realizada pelas enfermeiras de saúde pública nas décadas de 20 e 30. **Esc. Anna Nery Rev. Enferm**; 2(3):72-86, dez, 1998.

FIGUEIREDO, Julieta Brites. **Em nome da ciência**: a revista do Brasil e as representações Eugênicas/Higiênicas no Período Lobatiano: 1918-1925. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

FONSECA, Cristina M. Oliveira. **Saúde no Governo Vargas: 1930-1945: dualidade institucional de um bem público**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

FONSECA, Elaine Franco Ribeiro; PORTO, Fernando. Enfermeiras Parteiras e Uniforme: indícios e representações objetais na construção da identidade profissional. **Rev. enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 432-437, 2011. Disponível em <https://biblat.unam.mx/es/revista/revista-enfermagem-uerj/articulo/enfermeiras-partearas-e-uniforme-indicios-e-representacoes-objetais-na-construcao-da-identidade-profissional>. Acesso 10 Jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: estética: literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FREIRE, Mary Ann Menezes; AMORIM, Wellington Mendonça de. **A enfermagem de saúde pública no Distrito Federal: a influência do relatório Goldmark: 1923 A 1927**. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 115-124, Mar. 2008. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1414-81452008000100018>. Acesso 26 Mar. 2020.

GARCIA, Ana Karine Martins. **A ciência na saúde e na doença: atuação e prática dos médicos em Fortaleza: 1900-1935**. São Paulo: PUC-SP, Tese de doutorado em História Social, 2011.

HUNT, Lynn. **Modelos de história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JANUÁRIO, Pâmela Ramos. **A enfermagem descrita no relatório da comissão médica de assistência e profilaxia aos flagelados do Nordeste: 1933**. Rio de Janeiro: UNIRIO, Tese de Mestrado em Enfermagem, 2020.

JOORIS, Tammy Justiniano; PELLON, Luiz Henrique Chad; AMORIM, Wellington Mendonça de. As exercentes da enfermagem cearense no governo Vargas: 1930-1945. **Temperamentvm**, v. 12, n. 23, 2016. Disponível em <http://ciberindex.com/index.php/t/article/view/t10553> Acesso em 21 abr. 2021.

KLETEMBERG, Denise Faucz, et al. O processo de enfermagem e a lei do exercício profissional. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 63, n. 1, p. 26-32, Feb. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672010000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 12 mai. 2020.

LE GOFF, Jacques, et al. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LUCCHESI, Fernanda. **O feijão do Zé Américo: terra, trabalho e deslocamentos nas políticas contra as secas, o caso de Coremas**. São Paulo: USP-SP, Tese de Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.

MACHADO, Franciele. Roger Chartier e a noção de representação: definições, diálogos e contexto historiográfico francês no século XX. **Anais do 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia**: variedades do discurso histórico: possibilidades para além do texto. Ouro Preto: EDUFOP, 2014. Disponível em <http://docplayer.com.br/52732205-Roger-chartier-e-a-nocao-de-representacao-definicoes-dialogos-e-contexto-historiografico-frances-no-seculo-xx.html>. Acesso em 16 ago. 2019.

MACHADO, Jacqueline Alves; AMORIM, Raphael Florindo; PORTO, Fernando. Ordem Consolata e povos indígenas do território federal do Rio Branco: 1948-1952: estratégias de abordagem para inserção de cuidados. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1341-1353, 2020. Disponível em <https://doi.org/10.1590/s0104-59702020000500016>. Acesso em 10 abr. 2020.

MARCONDES, Renato Leite; DANDARO, Fernanda Massarotto. Obras públicas no contexto regional: secas e gastos no nordeste brasileiro: 1860-1940. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 49, n. 3, p. 113-127, jul-set, 2018. Disponível em: <https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/777/730>. Acesso 11 jun. 2020.

MARENCO, Jose A.; CUNHA, Ana P.; ALVES, Lincoln M. **A seca de 2012-15 no semiárido do Nordeste do Brasil no contexto histórico**. *Climanálise*, 2016, 3.1: 1-6. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Jose_Marengo/publication/311058940. Acesso 20 ago. 2020.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**, vol.13 no.1 São Paulo, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso 05 mar. 2020.

MAUAD, Ana Maria; LOPES Marcos Felipe de Brum. Imagem, história e ciência. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v9n2/a02v9n2.pdf> Acesso 26 jan. 2021.

NAVARRETE, Eduardo. Roger Chartier e a literatura. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, Ponta Grossa, v. 2, n. 3, p. 23-56, 2011.

NEVES, Frederico de Castro. Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará: 1915 e 1932. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Contexto, v.15, n.29, p. 93–122, 1995. Disponível em https://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASILEIRA=14. Acesso 29 jul. 2019.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político: Fortaleza, 1877-1915. **Trajetos: Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, p. 113-138, 2005. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/19993>. Acesso 11 jun. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 107-129, 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-01882001000100006>. Acesso 29 abr. 2021.

PÉCORA, Alcir. Introdução. In: CHARTIER, Roger. **Práticas da Leitura: uma iniciativa de Alain Paire**; tradução de Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PEREIRA, Thereza Cristina. **O Governo "Revolucionário" e as Políticas Públicas para enfrentamento da Seca de 1932: rupturas ou continuidades?** Brasília, Universidade de Brasília, Trabalho de Conclusão de Curso, Graduação em História, 2019. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/25482> Acesso 02 abr. 2020.

PORTER, Roy. **Cambridge: história da medicina**. Cambridge: Revinter, 2008.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará isolamento e poder na seca de 1932**. Fortaleza: Museu do Ceará/Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

ROCHA, Heloísa Helena. Os mosquitos e o Estado no relatório do chefe do Serviço de Saneamento e Profilaxia Rural da Bahia, 1922. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.261-279.

SÁ, Dominichi Miranda de. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil: 1895-1935**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SAMARONE, Antonio. A Pandemia de Gripe Espanhola em Sergipe: 1918. **93 notícias**. 2020. Disponível em <https://93noticias.com.br/noticia/49860/a-pandemia-de-gripe-espanhola-em-sergipe-1918-por-antonio-samarone>. Acesso 08 ago. 2020.

SANTOS, Amós Alves. **Estudos interdisciplinares sobre os sertões da Bahia**. Rio de Janeiro: Gramma Editora, 2019.

SANTOS, Dominique Vieira Coelho. Acerca do Conceito de Representação. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, Ano 3, n.6, dez/2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/download/28974/16144>. Acesso 19 Jun. 2019.

SILVEIRA, Cristiane Aparecida; PAIVA, Sônia Maria Alves de. A evolução do ensino de enfermagem: uma revisão histórica. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 10, n. 1, p. 176-183, 27

out. 2011. Disponível em:
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/6967/pdf>. Acesso 11 jun.
2020.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: EDUFBA, 2015.

TRAVASSOS, Lidiany Soares Mota. Uma História Não Contada: o campo de concentração para flagelados de 1915 em Fortaleza - Ceará. In: **Anais do V Colóquio de História da UNICAMP**, 2011. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/5Col-p.717-730.pdf>. Acesso 11 jun. 2020.

TRAVASSOS, Ibrahim Soares; SOUZA, B. de; SILVA, A. da. **Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro**. Okara: Geografia em debate, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/44793200/10741-27205-1-PB.pdf>. Acesso 22 jul. 2020.

FONTES DOCUMENTAIS

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA (ANM). Disponível em: http://www.anm.org.br/resultado_busca.asp. Acesso 27 jul. 2020.

BASTOS, Zilda da Cunha. **Documento enviado à D. Raquel Haddock Lobo em 31 de janeiro de 1933.** Disponível no CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO EEAN.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Base Arch. Disponível em: <http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/visitadoras-sanitarias>. Acesso 04 nov. 2020.

CARVALHO, Lopes de. **Flagelados: em caminhos para o Riacho da Séla com 110 flagelados sobralenses. 1932.** Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso 10 dez. 2020.

COSTA, José Bonifácio Paranhos. **Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste.** Apresentado ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública em 30/08/33. Rio de Janeiro. Heitor Ribeiro, 1936.

JORNAL O DEBATE, edição 54, ano 1932, Lopes de Carvalho. **Flagelados.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720542&Pesq=seca&pagfis=123>. Acesso em 26 ago. 2020.

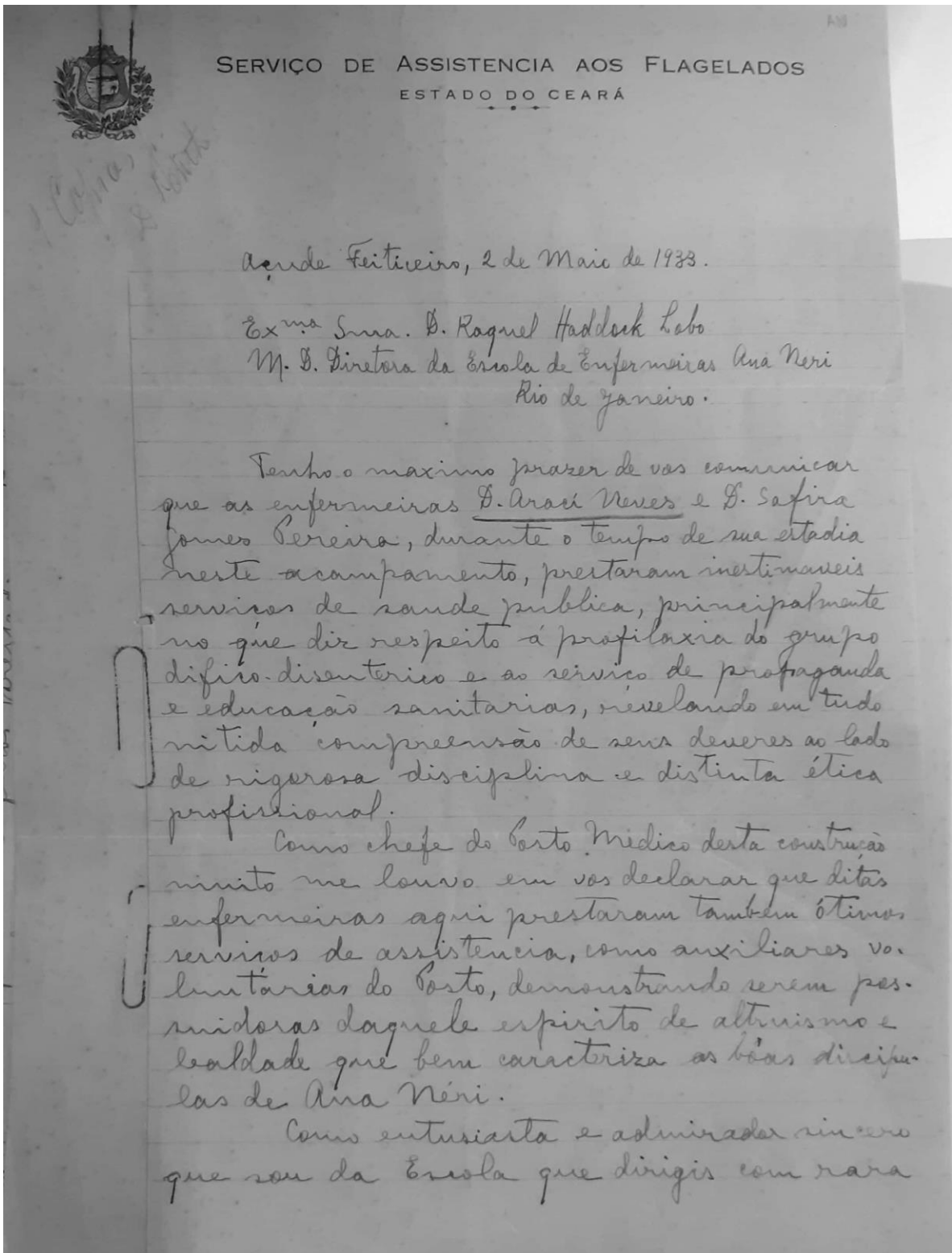
JUSBRASIL. **Diário Oficial da União,** Página 13 da Seção 1, de 10 de julho de 1951. disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2603554/pg-13-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-10-07-1951>. Acesso 08 ago. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Maconha: coletânea de trabalhos brasileiros. SERVIÇO NACIONAL DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA DE RIO DE JANEIRO BRASIL. 1958. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/maconha_coletania_trabalhos_brasileiros_2ed.pdf. Acesso 08 set. 2020.

VERDE, Dr. Deoclécio Lima. **Relatório enviado pelo chefe do Açude de Feiticeiro à Diretora da escola de Enfermagem Anna Nery,** Raquel Haddock Lobo. Disponível no Centro de documentação EEAN.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. State of the world's nursing 2020: investing in education, jobs and leadership. 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/rest/bitstreams/1274201/retrieve>. Acesso 10 jul. 2020.

ANEXO A – Carta do Dr. Deoclécio Lima Verde



SERVIÇO DE ASSISTENCIA AOS FLAGELADOS
ESTADO DO CEARÁ

proficiencia e criterio e em reconhecimento
pelos bons feitos prestados nesta localidade
pelas vossas enfermeiras, deixo nestas linhas
os meus francos agradecimentos.

Respeitosas saudações
Dr. Evalecio Lima Verdez
Chefe do Posto

ANEXO B - Carta da enfermeira Zilda da Cunha

F. 150 Junho 34
 Recife, 31 Janeiro - 1935

D. Rachel:

Tivei escrever-lhe depois de ter
 trabalhado um pouco, em favor dos nossos
 irmãos artistas. É assim é que o povo,
 certo de que notícias oficiais sempre lhe
 chegarão, pedindo ao pai de tudo quanto
 nos acontece aqui.

Fiquei com Lucy Neves e Hercílio Teruan-
 des, em Lins Campos - à 48 hs de Fortaleza.
 Essa onde há um belíssimo acervo acabado
 de construir e onde somente falta... o
 preciso líquido. O acampamento é vas-
 to, talvez um dos maiores, mas, tendo
 trabalhado com verdadeiras entusiasmas,
 principalmente, porque o povo é muito de-
 cidido e nos recebe com notável satisfação,
 mostrando sempre interesse em ouvir os nos-
 tros conselhos. Fugidas vezes fomos abor-
 das em plebs estódo, com pedidos para vir
 outros mais longe, ou para dar opiniões de
 mesmo. Todos nos chamam de "cofeiteiros",
 apesar de não sermos. Quando paramos
 um momento para falar com algum, mas
 tudo de geral, a certa, logo se põem à nossa
 volta, nos obrigando a falar como que

"em praça pública" É bem interessante o serviço!
 Tendo, também, próximo à nossa residência (casa
 dos engenheiros do logar, relativamente longe.
 avel, tendo as electricas, aguas e radiis) o nosso
 hospitalinho. É comparavel em tamanho à ms.
 cidade ali, mas, em nivelis não sei a que
 comparar! Pous ficou à nossa disposição para
 os melhoramentos, tendo improvisado algumas cosas.
 Saímos seguir com Isabel Roupim para logar
 distante umas dez leguas daqui: "Feiticeira"
 Tendo noticias que tiveram honra, vai bem
 sabendo que, talvez, D. Margarida venha traballar
 connosco. Fiquei bastante satisfeito.
 O tipo tem doçidade, mas, em compensação
 ainda é muito desastreus. Para felicidade geral
 tivemos alguns dias de chuva.
 A nossa situação aqui e a maneira por que
 temos sido recebidos em todo parte, nos têm
 animado bastante, especialmente por provar que
 a nossa "Brevet" já está bem conhecida e
 considerada como deve. E nós possuem, pois,
 as faveas de todos e de toda ali, em
 fidelidade. me is aqui... muito bem.
 Saudades às amigas todas e abraços
 da

Lilla

APÊNDICE A – Biografia das Enfermeiras

Dados coletados em visita a EEAN nos dias 06/02/2020 e 12/03/2020. Através de acesso as caixas de registros referentes aos anos de formação do curso de enfermagem 1925-1927 caixa 7, 1928-1929 caixa 8, 1930-1931 caixa 9, 1932-1933 caixa 10. Além dos dados listados a seguir foi possível identificar alguns documentos que contribuíram para a elaboração do trabalho, conforme anexos 1 e 2. Não sendo possível continuar a visita em busca de novos dados para corroborarem com a pesquisa, devido à pandemia do coronavírus que se instaurou no nosso país na época em que foi iniciada a pesquisa de campo em busca de vestígios que contribuíssem com o estudo.

Enfermeiras da EEAN

Cecy Clausen Lins (enfermeira chefe)

Ano de Conclusão do Curso: 1926

DN: 02/01/1888

Local de Nascimento: São Paulo

Almira Pessôa de Melo

Ano de Conclusão do Curso: 1930

Idade: 26 anos

Local de Nascimento: Brasil

Haydée Gonzales

Ano de Conclusão do Curso: 1929

DN: 29/11/1902

Local de Nascimento: São Paulo

Aracy Neves

Ano de Conclusão do Curso: 1930

DN:22/06/1905

Local de Nascimento: Rio Grande do sul

Maria Lima Tourres

Ano de Conclusão do Curso: 1930

DN: 11/03/1904

Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Foi enfermeira chefe do Departamento de Saúde Pública de Natal (Rio Grande do Norte) em 1939.

Berila de Carvalho

Ano de Conclusão do Curso: 1929

DN: 19/08/1901

Local de Nascimento: Brasil

Foi enfermeira chefe do Departamento de Saúde Pública de Cuiabá (Mato Grosso) em 1942

Margarida de Passos Rosa
Ano de Conclusão do Curso: 1927
Idade: 23 anos
Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Maria Adelaide Wite
Ano de Conclusão do Curso: 1926
DN: 14/11/1900
Local de Nascimento: Brasil
Foi estudar nos USA com bolsa em 1943

Carmen Gonçalves
Ano de Conclusão do Curso: 1931
DN: 16/01/1900
Local de Nascimento: Distrito Federal

Iracema dos Guaranis Melo
Ano de Conclusão do Curso: 1927
Idade: 26 anos
Local de Nascimento: Rio de Janeiro

Nadir Coutinho
Ano de Conclusão do Curso: 1932
DN: 26/02/1906
Local de Nascimento: Distrito Federal

Izaura Barboza Lima
Ano de Conclusão do Curso: 1927
DN: 13/05/1887
Local de Nascimento: Brasil
Foi segundo tenente da Aeronáutica e participou das operações de guerra na Itália em 1952

Hecília Roque Fernandes
Ano de Conclusão do Curso: 1932
DN: 19/07/1905
Local de Nascimento: Distrito Federal

Isabel de Souza Bonfim
Ano de Conclusão do Curso: 1930
DN: 19/08/1907
Local de Nascimento: Fortaleza

Safira Gomes Pereira
Ano de Conclusão do Curso: 1933
Idade: 24 anos
Local de Nascimento: Fortaleza

Zilda da Cunha Bastos
Ano de Conclusão do Curso: 1933

Idade: 22 anos

Local de Nascimento: São Paulo